

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ATA N.º 6 DE 22/06/2022

No dia 22 de junho de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de abril de 2022.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação-Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias ao abrigo do n.º 2, do artigo 38.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Procedimento de transferência de recursos do Município para as Freguesias – reforço para o ano de 2022.
7. Apreciação e deliberação sobre Proposta de Regimento da Assembleia Municipal e Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões das AM.
 - 7.1. Votação da Proposta de Regimento Assembleia Municipal
 - 7.2. Votação da Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da AM.
8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:
 - 8.1. Ponto de situação dos trabalhos do GT “Testamento do Conde de Castelo de Paiva”.

Período de Intervenção do Público

9. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: António Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- Filipe de Sousa da Costa, em substituição de José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);

- José António de Sousa Teixeira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPS);
- José da Rocha e Silva, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues e Vitor Manuel Quintas Pinho.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

- José Vieira Gonçalves, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro Filipe Miguel de Sousa da Costa, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que na correspondência recebida falta registar o convite para a “10.ª Mostra de Atividades Económicas de S. Martinho de Sardoura”, porque na correspondência enviada tem a correspondência e o convite.



Deu nota que no dia 10 de maio enviou um e-mail que também não consta ali, mas consta o seu reenvio na correspondência enviada para o Sr. Presidente da Câmara; que no dia 27 de abril enviou um e-mail ao Sr. Presidente da AM que também não consta na correspondência recebida; que não sabe se por lapso, ou não, uma vez que o Sr. Presidente da AM responde a todos os convites que lhe são dirigidos, a “Paróquia da Nossa Senhora da Assumpção de Sobrado” enviou-lhe um convite para o “Corpo de Deus” e não teve resposta (pensa que foi um lapso); que ficou baralhado no que respeita ao convite da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” para a missa em honra de Santo António, porque não sabe se foi o membro João Vieira (GMMPPM) que enviou, dado que depois tem duas respostas na correspondência enviada; que no convite que dirigiu ao Sr. Presidente da AM para estar presente na apresentação de uma publicação que fez em tributo ao “SNS – Serviço Nacional de Saúde”, está registado duas vezes, tendo pena que tenha demorado tanto tempo a ser enviado aos membros da AM, porque só receberam uma hora antes da apresentação; que na correspondência enviada há um pedido de esclarecimento à “ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses” do qual gostava de saber se já veio a resposta; que concretizando o e-mail de que falou de 27 de abril, aquele que dá origem ao envio por parte do Sr. Presidente da AM das guias correspondentes ao entulho que questionou sobre o edifício “Marmoiral”.

De seguida propôs um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Maria Moreira Teixeira que a seguir se transcreve:

“- Manuel Maria Moreira Teixeira nasceu em Pedorido, a 26 de julho de 1935, foi fundador da Associação Cultural do Couto Mineiro do Pejão entidade que recebeu o legado da Banda dos Mineiros do Pejão constituída que foi a 12 de Junho de 1995. Banda onde durante muitas décadas foi seu músico.

Filiou-se no PSD em 1976 sob proposta do meu saudoso pai e à sua morte era o militante mais antigo no Couto Mineiro.

Foi candidato a este órgão, vogal da Assembleia de Freguesia de Pedorido, eleito a 16.12.1979, para o mandato 1979-1982 e chegou a ser, também nesse mandato, embora por pouco tempo, no início de 1981, Presidente da Assembleia de Freguesia de Pedorido.

Apresento a esta Assembleia um voto de pesar pelo seu falecimento no passado dia 6 de Junho, propondo que o mesmo seja colocado à votação.”

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que esta correspondência vai até ao dia 14 de junho, pelo que há algumas notas que foram referidas pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) que são muito próximas dessa data.

Esclareceu que todos os convites que a Mesa recebe são objeto de resposta de confirmação, ou não, de presença, e da possibilidade de em alguns casos ser feita a substituição.

Confirmou que é um fato que no caso do e-mail que lhe foi enviado pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) para assistir à apresentação do seu livro, foi alargado a todos membros muito em cima da hora, tendo ele próprio na altura se penitenciado por isso, porque quando leu o e-mail não viu que no final da frase era dito que o convite era extensivo a todos os membros da AM, só viu mais tarde. Disse que já tinha feito um pedido de desculpas e que voltava a fazê-lo novamente.

Deu nota que ia verificar com o secretário da reunião se efetivamente existem as falhas que foram mencionadas pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), e se assim for, fazem essa correção.

Quanto à questão da “ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses”, confirmou a receção do parecer no dia 18 de maio.

De seguida, colocou à votação o voto de pesar proposto pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

2. Votação da ata da reunião ordinária de 27 de abril de 2022.

O membro Manuel Marçal (GMPSD) usou da palavra para dizer que na pagina 5 da ata, no último parágrafo, onde é referida numa intervenção que fez, e citou: “Referiu que na estrada que liga Santo Adrião a Arouca …”, pensa que será Santa Iria a Santo Adrião; que na página 26, pensa que será uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e citou: “… deu nota que vai ser feita uma intervenção ainda durante este ano na estrada do Moinho ao Vale da Mota …”, também não é do Moinho ao Vale da Mota, mas sim do Moinho e Vale da Mota.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) usou da palavra para dizer que na linha 835, não é “vais”, é “vai”; que na linha 1117, falta “o Sr. Presidente da Assembleia Municipal”; que na linha 1505, não é Rua Júlia Strecht, mas sim Rua Júlio Strecht.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para agradecer as correções feitas à ata por si solicitadas.

Informou que não vai votar contra, porque a ata reflete aquilo que efetivamente se passou na AM, mas vai-se abster como forma de protesto pelo sucessivo atraso nas respostas que desde dezembro do ano passado tem vindo a sentir por parte quer da Mesa, quer da Câmara Municipal. Disse que já levantou várias questões em diversas ocasiões, algumas respostas demoraram quase meio ano a chegar, como por exemplo em relação à última sessão da AM que já foi há mais dois meses relativamente à questão que fez sobre a rotunda do Côto; pediu o relatório da fiscalização da obra do Largo do Conde; solicitou informações sobre o contrato que havia com os Bombeiros Voluntários relativo ao tratamento dos ninhos das vespas asiáticas, não teve resposta; questionou sobre algo que o Sr. Presidente da Câmara publicou em 2012 sobre a venda do terreno municipal situado junto ao antigo colégio “Vieira Guedes”, também não teve resposta; não teve resposta aos 514.000,00€ das contas de gerência sobre estudos, pareceres, projetos e consultoria; não teve resposta sobre o que é o “Núcleo Empresarial do Cobre”, nomeadamente, o montante de 2.500,00€ já gasto; não teve resposta sobre os 31.233,00€ previstos para o

monte de Santo Adrião, tendo questionado como é que está a candidatura; não teve resposta sobre a empreitada da ponte das Rabuças; não teve resposta sobre a questão associada a um ponto relativo ao qual solicitou o agendamento para a última AM, que é o relatório de auditoria do Tribunal de Contas, o que é que já foi feito em termos de controlo interno; continua sem ter acesso ao original do parecer emitido pelo Dr. Gil Moreira dos Santos (este já não vai pedir mais).

Concluiu, referindo que o seu voto de abstenção é a única forma que tem para manifestar o seu protesto em relação às perguntas que fez e às quais ainda não obteve resposta.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que todas as perguntas que tem sido colocadas à Mesa por parte de qualquer membro, incluindo o membro Paulo Teixeira (UCPT), têm sido encaminhadas quase de imediato para os serviços municipais e, salvo erro, algumas destas perguntas nem tem presente que tenham sido colocadas na AM. Disse que no último e-mail que enviou ao membro Paulo Teixeira (UCPT) tinha sido respondido a todas as perguntas.

Quanto a original do parecer do Dr. Gil Moreira dos Santos, referiu que o membro Paulo Teixeira (UCPU) pode dizer cem vezes que não vai ter o original, porque já lhe foi respondido que o original não existe, dado que o que existe, que chegou aos serviços e está documentado, é um e-mail do anterior Presidente da Câmara que recebeu o parecer por e-mail, tendo esse e-mail e respetivo anexo sido enviado ao membro Paulo Teixeira (UCPT), sendo esse o original que a Câmara Municipal tem, não existe outro. Disse que o membro Paulo Teixeira (UCPT) pode fazer qualquer consideração sobre o procedimento, mas não pode dizer que a Mesa da AM não lhe respondeu, porque respondeu.

Salientou que as retificações que foram sugeridas serão transmitidas ao secretário da sessão e, ninguém se opondo, serão incluídas na ata, até porque são questões de pormenor.

Deliberação: Apreciada e aprovada por maioria pelos membros presentes na dita reunião, com a abstenção do membro Paulo Teixeira (UCPT).

3. Assuntos gerais de interesse municipal.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que não é querer implicar, mas se o Sr. Presidente da AM for ver as atas, quem normalmente encerra as intervenções é a bancada do GMPSD. Disse que isso tem a vantagem de poderem dar aquela “alfinetada” à qual depois os restantes membros não têm direito de resposta.

Deu nota que o Sr. Presidente da AM tinha dito que, de preferência, haveria uma rotatividade nas intervenções, o que merece a sua concordância, porque daria mais estabilidade, seria muito mais coerente, justo e equilibrado para as intervenções.

O Sr. Presidente da AM respondeu que ele é completamente democrático, que não se opunha a nada que o membro Jorge Quintas (GMMPPM) disse. Referiu que se a AM achar que em vez de fazerem as intervenções por ordem de inscrição, como na última AM foi sobejamente dito que deveria ser, e que o Presidente da AM estava a interferir nessa matéria; se a AM achar que dentro da ordem de inscrição se faça uma alternância entre os grupos políticos, por ele não há problema nenhum, deixava à consideração da AM. De seguida, colocou à votação a posição do membro Jorge Quintas, que foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que o artigo 43.º, número 2, do Regimento da AM dispõe que será dada a palavra pela ordem da inscrição, e que o número seguinte dispõe que de preferência sempre que haja várias inscrições de Grupos Municipais. Disse que lhe dá a entender que irão falar praticamente todos seguidos, tendo perguntado se isso foi salvaguardado, sendo que não se opõe, desde que a alternância seja salvaguardada.

O Sr. Presidente da AM respondeu que não quer entrar em “fedi veres” que não interessam a ninguém, mas a palavra de preferência quer dizer mesmo

isso, é de preferência, e pensa que a preferência cabe ao Presidente da Mesa, porque a Mesa está aqui para fazer alguma coisa.

Referiu que já colocou uma proposta à votação que foi aprovada por maioria.

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM para dizer que não se apercebeu da apresentação de qualquer proposta.

O Sr. Presidente da AM respondeu que foi feita uma proposta...

O membro Jorge Quintas (GMMPM) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente na AM para dizer que não fez uma proposta, que apenas referiu o que ficou combinado.

O Sr. Presidente da AM retomou a sua intervenção, referindo que ia dar a palavra, por ordem de inscrição, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real e, sempre que possível, irá fazer a rotação entre os GM (o membro Rocha Pereira (GMPS) pediu a palavra).

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que uma vez que estão encerradas as inscrições, é um direito e um dever da Mesa de, no tempo que julgue necessário, fazer a relação sequencial das intervenções e comunicar à AM, ficando tudo esclarecido.

O Sr. Presidente da AM respondeu que agradecia a sugestão do membro Rocha Pereira. Disse que o membro Rocha Pereira (GMPS) é membro da AM há uns bons vinte anos e nunca se lembra de que ele tenha feito tal sugestão, nem de nenhum outro Presidente da AM tenha seguido essa tão minuciosa repartição das intervenções.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM) usou da palavra para dizer há um assunto muito importante que está a criar muitos problemas aos Paivenses, designadamente, a questão da toponímia e dos limites das freguesias.

Deu nota que a partir de 2001 até ao ano de 2008, o Governo permitiu que todos os concelhos e todas as freguesias delimitassem corretamente os seus limites para que tudo ficasse certo.

Referiu que parece que o problema foi “empurrado com a barriga para a frente” e ninguém ligou nada, sendo que agora, por imposição dos “CTT – Correios de Portugal”, criou-se um problema que os Presidentes de Junta e a Assembleia Municipal terão que resolver.

Deu o exemplo na Freguesia de Real do caso de Celeirós, que tem cerca de vinte habitantes que se consideram Realenses, mas em termos legais aquele lugar pertence agora à UF da Raiva, Pedorido e Paraíso; do caso de Vilar de Nojões, lugar que sempre pertenceu à Freguesia de Real, mas está a pertencer à Freguesia de Santa Maria de Sardoura. Disse que isto está a causar enormes problemas às pessoas, por exemplo, as pessoas de Celeirós estão muito tristes porque têm que mudar toda a papelada, o que dá um trabalho incrível.

Deu nota que o trabalho foi feito no decurso do último mandato, e que o Dr. Vitor Quintas, na época Presidente da Junta de Freguesia de Real, juntamente com o Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso e o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, fizeram muito trabalho, e no que concerne à Freguesia de Real o que foi aprovado, daquilo que viu, são as fronteiras que o povo exige por questões históricas, conforme está escrito num projeto elaborado pelos serviços da Câmara Municipal. Disse que esse documento foi apresentado na última Assembleia de Freguesia de Real, no qual está explícito que os lugares de Celeirós e de Vilar de Nojões pertencem à Freguesia de Real.

Informou que o Dr. Vitor Quintas fez um estudo e, juntamente com o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros, chegaram à conclusão que de facto toda a área que vai do cemitério para baixo, de um lado seria Sobrado e do outro lado seria Almarde, Chão e Além da Ponte que pertencem a Real, como sempre foi. Referiu que esse trabalho foi interrompido porque as eleições estavam próximas e acharam conveniente não o adiantar, dado que o assunto iria transitar para a nova legislatura, mas há muito trabalho feito na Câmara Municipal.

[Handwritten signature]

Apelou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que permitam a resolução do problema a curto prazo, porque a questão do código postal obriga as pessoas a ter uma despesa enorme, a perder muitas horas e até a pensar em não votar nas próximas eleições se pertencerem a outra freguesia.

Apelou também ao Sr. Presidente da Câmara para que os ajude a resolver este problema, bem como a colaboração do Sr. Presidente da AM, porque depois de tomadas as deliberações pelas Assembleias de Freguesia, o assunto será enviado para aprovação da Assembleia Municipal e posterior encaminhamento para as entidades responsáveis para homologação, para terem de uma vez por todas os limites da Freguesia de Real em condições. Comprometeu-se a começar já a trabalhar nesse assunto com os restantes Presidentes de Junta de Freguesia no sentido da sua resolução.

Informou que a Junta de Freguesia da Real irá ceder algum terreno à UF da Raiva, Pedorido e Paraíso; irão ficar com o lugar de Celeirós e com o lugar de Vilar de Nojões; vão ceder à freguesia de Santa Maria de Sardoura umas casas na Cruz da Carreira, porque o novo traçado da variante fez com que aquelas casas possam e devam pertencer àquela freguesia.

Deu nota que relativamente ao lugar de Ribeirinho, que não fazia sentido que um pequeno terreno pertencesse a Sobrado, pelo que foi consensual o Ribeirinho ser de Real.

Salientou que são obrigados a resolver o problema nesta legislatura o mais rapidamente possível. Disse que já pediu às pessoas para terem calma, alterarem os seus documentos de forma provisória, porque quando esta situação for revertida será muito fácil de resolver.

Deu nota que vivemos um tempo de crise em que o dinheiro não abunda, mas “não podem deitar a toalha ao chão”, tendo todos que fazer um esforço para tentar cumprir os seus objetivos e os seus compromissos. Disse que se calhar não estão em tempo de fazer grandes obras, mas podem atuar sobre aquelas pequenas coisas que causam grandes transtornos às populações, por isso é que apesar da grande colaboração que tem tido da Câmara

Municipal, e quer continuar a ter, acha que a pressão deve aumentar e que façam todos um pouco mais de esforço para resolver os problemas, que são muitos: se calhar não vão poder ter obras de duzentos ou trezentos milhões, mas podem fazer obras de quatro, cinco, seis mil euros e resolver aqueles problemas que transitam de eleição em eleição.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para louvar o Sr. Presidente da Junta de Real pelo empenho que demonstrou na sua intervenção de há pouco.

Deu nota que a Rua da Cavada, na Póvoa, é muito inclinada e quando o pavimento está húmido dificulta a locomoção das pessoas mais idosas, referindo que poderia ser ali colocado um corrimão no muro.

Deu também nota de um terreno junto ao Bairro de S. José que pensa que pertence à Câmara Municipal que precisa de ser limpo.

Referiu, relativamente às faixas de segurança, que há proprietários que têm os seus terrenos junto à via pública e só fazem a limpeza no seu interior, deixando uma margem de três metros. Disse que não tem a certeza se aquela faixa de segurança dos três metros das vias pertence aos proprietários ou se pertence à Câmara Municipal, ou seja, quem é que tem que limpar, questionou.

Perguntou se já foram colocados os contadores de água nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva para que a água seja distribuída em conformidade com as necessidades.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que, referindo-se ao edifício “Marmoiral”, na sequência de um e-mail recebido do Sr. Presidente da AM no dia 14 de junho, trazia aqui um assunto que começa a preocupar a sociedade Paivense, face a alguns rumores que circulam na praça pública.

Deu nota que no dia 16 de julho de 2020 foi emitida uma certidão pelo Diretor de Departamento Técnico do Município, que na prática foi assinada pela técnica superiora Eng.^a Manuela Gomes, sem poderes para esse ato

conforme atesta o documento, e que permitiu o registo do imóvel com as áreas corrigidas e com a retirada da estrada (Rua Luís Aranha) do mesmo. Referiu que no mesmo dia, o então do Vereador do urbanismo deferiu um requerimento para obtenção de uma licença especial para ser concluído o edifício “Marmoiral”, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 88.º do “RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificações”, informando que a mesma, e citou: “... está em condições de ser deferida”. Disse que esse artigo 88.º dispõe que, e citou “... quando as obras já tenham atingido um estado avançado de execução, mas a licença ou a admissão de comunicação prévia haja caducado, pode ser requerida a concessão de licença especial para a sua conclusão, quando a Câmara Municipal reconheça o interesse na conclusão da obra e não se mostre aconselhável a demolição da mesma, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas” - é a chamada licença para acabamentos, não podendo haver demolições.

Informou que nas sessões da AM de dezembro de 2021, e 25 de fevereiro de 2022, questionou o Município sobre o local onde estavam a ser depositadas as muitas toneladas de entulho que estavam a sair do edifício “Marmoiral”, podendo-se estar a violar o disposto na licença emitida, que foi feita ao abrigo do artigo 88.º do “RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificações”. Disse que quer na sessão da AM de dezembro, quer na reunião do executivo municipal de 14 de janeiro de 2022, o Sr. Presidente da Câmara informou (ver ata da sessão), e citou: “... que as toneladas de entulho que saíam do edifício “Marmoiral” estavam a ser depositados num aterro certificado”.

Realçou que a licença atual do prédio não contempla demolições, mas saíram centenas de toneladas de entulho proveniente de demolições, como provam algumas das guias enviadas pelo Sr. Presidente da AM que, no entanto, só provam cerca de 1/3 do entulho que dali saiu e está a sair.

Deu nota que no dia 27 de abril o Sr. Presidente da AM informou-o que, e citou: “... os resíduos resultantes das demolições seriam aterrados nas partes a reduzir na implantação, o que aconteceu em grande parte. Os



restantes resíduos que saíram da obra foram transportados para o operador de gestão de resíduos “Restradas”. Neste momento estão no estaleiro em obra algumas toneladas acondicionadas a aguardar transporte para o mesmo operador de gestão de resíduos”.

Referiu que nesse mesmo dia o Sr. Presidente da AM enviou-lhe umas guias de depósito num aterro certificado, com datas que se situam entre 16 de março de 2022 e 26 de abril de 2022, sendo que estranhava o aparecimento de guias de depósito em aterro com datas posteriores às questões colocadas por ele em dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, quer em sede de reuniões do executivo municipal, quer em sessões da AM.

Salientou que, por outro lado, as guias que agora recebeu totalizam cerca de 104 toneladas, e saíram (e continuam a sair) mais de 300 toneladas de entulho do prédio.

Deu nota que o Sr. Presidente da AM também o informou, e citou: “... os resíduos resultantes das demolições seriam aterrados nas partes a reduzir na implantação”. Disse que, posteriormente, questionou o Sr. Presidente da AM sobre qual foi a área reduzida na implantação do edifício “Marmoiral” e se a mesma era suscetível de receber toneladas de entulho, não lhe tendo até hoje sido disponibilizada essa informação.

Deu também nota que no dia 14 de junho o Sr. Presidente da AM referiu-lhe que, e citou: “A redução de áreas operada criou uma zona de aterro ao nível da cave”.

Referiu que face ao exposto, e considerando que a área que o Sr. Presidente da AM refere como área de implantação do prédio (4.882,49 m²) é 388,71 m² superior ao que está registado na Conservatória (4.543,78 m²), contrariando também aquilo que o promotor refere no registo que fez na Conservatória de que, e citou: “... o prédio não sofreu qualquer alteração na sua configuração geométrica”; que a área bruta de construção contabilizada para índices é de 835,53 m² superior em relação ao que também está registado na Conservatória; que lhe foi dito que a redução de áreas operada criou uma zona de aterro ao nível da cave, e que esta



Fls. 102

afirmação entra em contradição com o conteúdo da certidão da Conservatória que fala na existência de três caves, as mesmas que sempre existiram com os alvarás emitidos em 2000, 2005 e 2019; que a eliminação de uma cave implica a não existência de suficientes lugares de estacionamento, entrando em incumprimento com a legislação em vigor; que a eliminação de uma cave ou de áreas de uma cave é uma alteração ao projeto, violando as condições especiais de uma licença emitida ao abrigo do artigo 88.º do “RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificações”; que saíram do edifício centenas de toneladas e, continuam ainda a sair, e que na sua grande parte estão a ser depositadas na UF de Sobrado e Bairros em terrenos não licenciados para o efeito, originando um crime ambiental; que a existirem toneladas de entulho que foram retirados viola o disposto no alvará de obras de licença especial nº 10/21 (processo nº 401/2019); que a licença especial atrás referida obriga ao, e citou “... cumprimento integral do projeto aprovado em 2005, alvará de obras de construção nº 79/005, de 10 de outubro de 2005...”, assinado pelo então Vice-presidente da Câmara, que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte:

- a) Que lhes diga se houve, ou não, a existência neste processo de um processo de um aditamento em maio de 2021, relativo a alterações ao projeto de arquitetura, que corresponde ao projeto que se verifica estar atualmente a ser executado?
- b) Que forneça à AM, com carácter de urgência, um relatório técnico fundamentado, que demonstre que as obras que estão a ser realizadas correspondem aos projetos aprovados a coberto do alvará de licença de construção n.º 79/2005, de 10 de outubro de 2005, a que o alvará de obras de licença especial emitido a 30 de março de 2021, sob o n.º 10/21, obriga a que sejam integralmente cumprido;
- c) Que não seja emitida a autorização de utilização sem que seja comprovado através da vistoria prevista no “RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificações”, que as obras realizadas se encontram de acordo com os projetos aprovados por despacho do Sr. Presidente da



Câmara de 4 de julho de 2005, e com as condições de licenciamento constantes do alvará n.º 79/2005 de 10 de outubro.

Deu nota que nas contas de gerência do Município aprovadas em Abril último, consta o montante de 32.000,00€ gasto no projeto da “Casa das Artes e dos Espetáculo” (desde 2018 consta uma maquete nas redes sociais). Solicitou o ponto de situação deste investimento e qual é o local previsto para o mesmo se concretizar.

Deu também nota que na reunião de Câmara de 27 de abril, a uma questão que colocou ao Sr. Presidente da Câmara a propósito da auditoria financeira ao Município, este respondeu que só faltava uma resposta da empresa “PWC Portugal” para de seguida fazer a adjudicação. Disse que já passaram 60 dias, pelo que perguntava pelo ponto de situação desse processo.

Referiu que na última sessão da AM foi analisado o relatório de auditoria efetuado pelo Tribunal de Contas e recebido no início de fevereiro pelo atual executivo, tendo à data questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre o que foi feito no sentido de criar um sistema de controlo interno. Disse que já se passaram mais de 120 dias desde essa comunicação e o Sr. Presidente da Câmara tem 180 dias para comunicar ao Tribunal de Contas, pelo que uma vez que não obteve resposta, perguntava novamente o que é que já foi feito?

Questionou pelo ponto de situação da empreitada de requalificação da Escola EB2/3. Disse que relativamente aos meses que o Município perdeu com um concurso em virtude do Tribunal de Contas ter dito que o empreiteiro escolhido não tinha alvará, que gostaria de saber se foi aberto algum inquérito interno para apuramento de responsabilidades.

Relativamente à obtenção de “Vistos Gold”, previstos no Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, informou que as áreas territoriais do território português beneficiárias são as que constam da Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho. Disse que, no entanto, o concelho de Castelo de Paiva só tem a freguesia de Real como território possível para atrair residentes com

“Vistos Gold”, recordando que terão de ser investimentos por via da aquisição de bens imóveis num valor igual ou superior a 500.000,00€.

Salientou que contrariamente aos concelhos de Arouca, Cinfães, Resende, Baião e Celorico de Basto, que têm todo o seu território abrangido por este tipo de investimento, Castelo de Paiva só tem uma freguesia onde isto poderá acontecer, pelo que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que tome as diligências necessárias para que se consiga a abrangência de todo o território Paivense para a captação deste tipo de investimento.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (GMPSD) usou da palavra para se associar às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM) a propósito dos limites das freguesias, tendo solicitado um ponto de situação do processo.

Solicitou também um ponto de situação da aquisição de terrenos na freguesia de Fornos para a construção de habitação social.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dar os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva pelo título de campeã que a equipa de futebol feminino de Sub-13 (desporto escolar) alcançou no Jamor. Disse que salientava este título, porque acha que o desporto escolar é uma vertente muito importante para a formação dos nossos jovens (muitas vezes descobrem-se talentos) e que cria um equilíbrio entre a aprendizagem e a convivência entre todos, tendo dado os parabéns a todas as atletas, aos pais das atletas e à treinadora.

Salientou uma boa prática do membro Vanessa Pereira (GMPSD) que se traduziu na disponibilização a todos os membros da AM do diagnóstico da saúde em Castelo de Paiva.

Disse que é um documento muito importante, porque aborda a situação socioeconómica, a situação da saúde, situações ambientais, ou seja, faz uma radiografia muito perfeita do que se passa no concelho.

Deu nota que quem se der ao trabalho de ler este relatório vai verificar que se registou no concelho um decréscimo populacional na ordem dos 6,8%, (estamos a perder muita gente); que em relação ao índice de

envelhecimento, por cada 100 jovens há 166 idosos, o que é preocupante; a taxa de natalidade em Castelo de Paiva é a mais baixa de todas, 5,6%; o salário médio no concelho: a nível nacional a média do salário médio por trabalhadores por conta de outrem é de 1.209,00€, em Castelo de Paiva é o mais baixo do “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, que compreende Castelo de Paiva, Penafiel e Paredes, isto é, 853,00€; a taxa de analfabetismo: a nível nacional ainda é de 5,9%, e em Castelo de Paiva é de 5,65%, pelo que há que investir muito na educação; somos o concelho com menor taxa de criminalidade.

Deu também nota que é o líder do GMMMP, e sempre que há uma AM são convocados pelo Sr. Presidente da AM para reunir.

Informou que na última reunião que foi convocada para o dia 13 deste mês, tinha confirmado a sua presença, mas que veio dizer ao Sr. Presidente da AM que se ausentava da reunião num ato de protesto em solidariedade com uma força política que sempre fez parte das reuniões dos líderes municipais, e que foi excluída (acha que a reunião não se realizou porque não havia quórum).

Disse que parafraseando o membro Fátima Strecht (GMPS) lhe soava a amuo da parte do Sr. Presidente da AM, porque este sabe perfeitamente que poderia ter convocado o elemento do UCPT com base no artigo 25.º, n.º 3, embora sem direito a voto.

Questionou como é que vão ficar as participações que esse elemento teve nas reuniões de líderes, e nas quais votou: vão ser anuladas, vão-se manter? Referiu no início do mandato o Sr. Presidente da AM pediu uma fotografia aos membros da AM e a respetiva autorização para ser utilizada, supõe, para ser publicada na página de internet da AM, algo que ainda não aconteceu. Disse que não ficaria mal publicar as fotografias dos membros da AM para que os Paivenses melhor os pudessem identificar, e por uma certa mudança que foi apregoada.

Salientou que o cartão de membro da AM facilitaria o trabalho desenvolvido por eles, nomeadamente, o poderem-se movimentar em certas áreas que o Regimento prevê que o possam fazer.

Deu nota que nas reuniões de líderes foi estipulado, e por força do que está no Regimento, que as reuniões da AM seriam sempre às sextas-feiras, e que só em situações imprevistas seriam à quarta-feira. Disse que esta é a segunda reunião que é feita à quarta-feira, tendo perguntado se há algum motivo que o justifique.

Informou que na página de internet do Município só consta a fotografia do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vice-Presidente e da Vereadora Liliana Vieira. Disse que o atual executivo municipal criticou esse comportamento que vinha de traz, mas ainda lá não constam as fotografias dos restantes Vereadores, tendo dado o exemplo do Vereador Vitor Quintas que já autorizou a publicação da sua fotografia.

Referiu que a página de internet do Município tem de ser atualizada, porque a agenda cultural que tem algum destaque é precisamente de junho e julho do ano de 2019.

Referindo-se à transferência de competências na área da saúde, disse à Vereadora Liliana Vieira, tal como já tinha sido dito pelo Vereador Vitor Quintas, que neste aspeto, tudo o que seja para bem dos Paivenses pode contar, sem hesitações, com o empenho do MPM.

Deu nota que a Vereadora Liliana Vieira assinou um protocolo de transferências de competências na área da saúde, em Penafiel, com a Senhora Ministra da Saúde. Disse que a Senhora Ministra da Saúde começou por dizer que é um processo de negociação e não de imposição, pelo que se é assim, uma negociação pressupõe vantagens para ambas as partes, tendo solicitado à Vereadora Liliana Vieira que informasse, resumidamente, quais serão as vantagens para os Paivenses com a assinatura desse protocolo; que a Senhora Ministra Saúde também disse que há sempre limitações financeiras a toda a gestão, algo que toda a gente sabe, mas que lhe soa a dizer para que os Paivenses tenham cuidado e que

não contem com muito dinheiro para o que é necessário; que é um processo feito para ser neutral do ponto de vista financeiro, entendendo que se é neutral do ponto de vista financeiro, nem o Ministério da Saúde terá prejuízo, nem a Câmara Municipal terá benefício, e vice-versa, o que é preocupante; que a Senhora Ministra reconhece que há infraestruturas a necessitar de investimento, algo que toda a gente reconhece em Sobrado e em Oliveira do Arda, sendo que é algo que está a ser apreciado no âmbito do “PRR – Plano de Resolução e Resiliência”, tendo referido que isso o deixa um bocado preocupado, porque acha que o Município de Castelo de Paiva se precipitou ao assinar este protocolo. Deu o exemplo do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira, que reuniu com a Ministra da Saúde e as coisas ficaram mais brandas, porque ameaçou, e saiu, da “ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses”, em discordância com a forma como a negociação estava a ser conduzida, e parece que em função disso o Governo vai “alargar um pouco os cordões à bolsa” para o Porto.

Realçou que os Paivenses merecem os mesmos cuidados de saúde dos restantes portugueses.

Deu nota que verificou que a Câmara Municipal ficou com o património físico que era do Centro de Saúde de Castelo de Paiva e de Oliveira do Arda, e constatou que em relação ao primeiro o detetor de incêndios está avariado, mas ainda é à custa do Ministério da Saúde, bem como o alarme de intrusão; que em relação a Oliveira do Arda só está inoperacional uma caldeira de aquecimento, um cilindro e dois extintores e que o resto está tudo bom. Disse que não sabe se será assim, porque as infraestruturas também têm muito a ver com a qualidade da saúde e de cuidados que se possam prestar à população.

Salientou que a Vereadora Liliana Vieira reclamou, não ficou calada perante a Senhora Ministra e fez um retrato do que se passa no concelho, nomeadamente, dizendo-lhe que não queria ser uma mera gestora de condomínio, tendo também entregado “um caderno reivindicativo” de

obras onde também se incluem novas estradas para acesso aos hospitais centrais da Feira e Penafiel.

Perguntou à Vereadora Liliana Vieira se as reclamações e exigências que fez foram só de forma oral ou entregou um documento escrito à Senhora Ministra para que amanhã não se possa dizer que as coisas que não foram bem assim.

O membro Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para agradecer em nome da “CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Paiva”, a presença quer do executivo municipal, quer da representante da Assembleia Municipal, a segunda secretária da Mesa, Ana Rocha, na apresentação do “Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças” de Castelo de Paiva.

Deu nota que achou interessante o fato do membro Jorge Quintas (GMMPM) ter falado no projeto no diagnóstico da saúde, porque há um diagnóstico feito para o concelho. Disse que comparando com dados muito recentes relativos aos “Censos 2021”, é um documento que dá o diagnóstico ao nível da infância e juventude do concelho, comparando com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, com a região Norte e com dados nacionais.

Salientou que há uma parte do diagnóstico que é muito interessante para o concelho, e alguns dos dados referidos pelo membro Jorge Quintas (GMMPM) estão lá, designadamente, ao nível de escolaridade, famílias, emprego, etc.

Referiu-se à colocação de uma passadeira na Rua 25 de Abril, que acha que ainda não foi colocada, considerando ser premente a colocação da passadeira.

Informou que a Ponte de Melo, em Bairros, pode ser um problema grave que pode levar a sérios perigos, até de vida, porque faz parte de um dos percursos do “Paivapé”, e a cerca de cinquenta metros está instalado um equipamento, talvez de Turismo Rural, que se calhar vai começar a funcionar muito em breve.



Disse que todas as travessas da ponte são em madeira e estão danificadas, e algumas delas estão completamente soltas, pelo que não fica bem a um concelho e a um executivo que aposte no turismo oferecer um equipamento daquela natureza.

Defendeu que se a estrutura que suporta a ponte estiver boa, não será um investimento da ordem das dezenas de milhares de euros para recolocar o piso e possibilitar às pessoas o acesso à ponte e usufruir de uma paisagem bastante interessante e bonita.

Deu nota que o Sr. Presidente da Junta do Real trouxe um problema que também queria tratar (até lhe deu uma perspetiva bastante diferente) que diz respeito aos números de porta que estão a criar um grande transtorno na vida dos cidadãos do concelho.

Referiu que de um momento para o outro os “CTT – Correios de Portugal” fizeram saber que havia um prazo para os Paivenses mudarem todos os documentos, nos quais tinha de constar o número de porta, e de um momento para outro viram-se centenas de pessoas a deslocarem-se, nomeadamente, algumas do grupo mais vulnerável, por exemplo, idosos, que nem sabem o que têm de fazer.

Disse que a “CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Paiva” funciona num espaço cedido pela autarquia no qual também está localizado o Espaço do Cidadão, e que a partir das 6:30/7:00 há filas, tal como acontece na Câmara Municipal e na Conservatória.

Salientou que isto traz problemas aos mais idosos, que têm de saltar entre filas para tratar de vários documentos e certidões, tendo dado o exemplo do que acontece quando vem um casal de idosos da zona mais a sul do concelho, que por dificuldades de mobilidade se deslocam muitas vezes de táxi e a despesa que isso acarreta.

Disse saber que no seguimento de negociações com o Município os “CTT – Correios de Portugal” acederam a que se adiasse o prazo para a resolução destes problemas até ao dia 31 de outubro, mas se nem os limites das

Assinatura
JK

freguesias estão em condições, isso significa que para algumas pessoas toda esta atividade vai continuar.

Perguntou se ocorrer a desagregação de freguesias onde o assunto está a ser deliberado, se teremos que mudar novamente todos os nossos documentos? Referindo-se às obras de remodelação da escola EB2/3, disse que na última AM o membro Carlos Trindade (GMPSD) referiu uma coisa interessante relativamente a contas, e hoje lembrou-se disso porque no facebook há uma série de fotografias relativas às árvores do Largo do Conde: algumas estão mortas, dizem que são sete, são seres vivos e nem todas sobrevivem; foram colocadas numa estação que se calhar não era a mais propícia para que pudessem pegar, mas ainda estarão dentro do prazo de garantia, pelo que poderão ser substituídas.

Lembrou que o membro Carlos Trindade (GMPSD) referiu que foram gastos cerca de 15.000,00€ (mais IVA) nessas árvores, o que significa que metade dessas árvores terão morrido, pelo que há um desperdício, que não será bem um desperdício, uma vez que estão dentro do prazo de garantia e a empresa vai ter de as colocar (talvez 7.500,00€, mais IVA). Disse que isso significa que o Município tem que ter cautelas quanto às suas contas, porque 7.500,00€ é dinheiro, pelo que se houve bastante dificuldade em equilibrar as contas não se pode agora estar com desperdícios, porquegota a gota faz com que o desperdício seja muito grande.

Relativamente, em concreto, à obra de requalificação da escola EB2/3, disse que parece uma obra emperrada por todos os lados.

Referiu que todos sabem que o concelho cresce à medida que as nossas crianças crescem, e crescem em educação, em condições dignas para usufruírem de um bem maior que é a educação.

Deu nota que frequentam aquele espaço cerca de quatrocentas crianças dosa Pré, até ao quarto ano, que ocuparam umas antigas instalações direcionadas para jovens mais velhos, ou seja, com casas-de-banho e acessos que não estão adequados para uma educação de qualidade, uma educação digna do século XXI.



Deu também nota que no primeiro projeto de requalificação o projeto de arquitetura rondou os 50.000,00€ (podem depois corrigir) e ficou deserto. Disse que o atual executivo percebeu que o projeto estava mal feito, e estava, porque ficaram a saber que diversos aspetos tinham que ser melhorados, designadamente, onde é que seriam colocados os alunos no decurso das obras, faltavam os contentores; faltava a parte relativa à eficiência energética; faltava uma cobertura para as crianças poderem estar no tempo de chuva, o que originou a reformulação do projeto inicial que terá andado à volta dos 19.000,00€, o que significa tiveram um projeto de arquitetura que foi entregue ao mesmo arquiteto já com uma reformulação na ordem daquele valor.

Informou que os fundos comunitários decorrentes do programa “Portugal 2020” pressupunham que a obra estivesse concluída em 2023. Disse que estamos a meio de 2022, pelo que questionava quando é que a obra se vai iniciar e o que é que aconteceu ao novo concurso?

Realçou que Castelo de Paiva é dos poucos concelhos a nível nacional que não tem verdadeiramente um centro escolar, mas nesta altura que há fundos disponíveis que permitem que o Município investa muito pouco neste projeto que passou de um investimento inicial de cerca de 1.000.000,00€ para cerca de 1.900.000,00€, o que significa que nesta altura o projeto já é quase completamente novo, porque orçamento dobrou e os gastos com o projeto de arquitetura também já são bastante elevados.

Questionou se vão deixar cair esta obra tão importante, talvez a obra de maior envergadura dos últimos vinte anos ao nível de equipamentos a gerir pelo Município; que solução é que a autarquia vai apresentar?

Concluiu, referindo que não podem hipotecar o futuro dos nossos filhos.

O membro Paulo Vieira (UCPT) usou da palavra para dizer que o Pavilhão Municipal do Couto Mineiro do Pejão tem infiltrações de água que têm dificultado a prática da atividade desportiva. Disse que além da degradação acelerada do pavimento, também podem acontecer acidentes graves devido ao pavimento escorregadio.

Deu nota que tem verificado que têm havido algumas fugas graves de água no baixo concelho, nomeadamente, nos ramais de abastecimento que ainda não estão ligados às habitações.

Disse que o empreiteiro deixou as tubagens à vista, eventualmente, para depois ser mais célere a ligação à habitação, mas que isso a seu ver é um erro, porque quando as tubagens estão expostas ao calor e ao frio há a tendência para haver ruturas que originam perdas de água significativas.

Defendeu que a solução passaria por fechar o ramal e corta-lo à face da estrada de maneira a que a tubagem estivesse devidamente protegida.

O Sr. Presidente da AM deu, pela ordem de inscrição, a palavra ao membro Rocha Pereira (GMPS).

O membro Fátima Strecht (GMPS) reclamou que se tinha inscrito para intervir, tendo o Sr. Presidente da AM respondido que não.

Perante a insistência do membro Fátima Strecht (GMPS) o Sr. Presidente da AM disse-lhe que se queria falar teria de o fazer no púlpito, caso contrário não pode haver diálogo, tendo reiterado que no início da sessão estabeleceu a ordem das intervenções que certamente foi ouvida pelo membro Fátima Strecht (GMPS).

O membro Fátima Strecht (GMPS) insistiu que se inscreveu e que está gravado, a não ser que desapareça a gravação.

O Sr. Presidente da AM respondeu que a “boca” do membro Fátima Strecht (GMPS) vai ficar registada, que não a admitia, porque não é uma falta de respeito a si, mas ao funcionário que dá apoio à AM. Disse que há coisas que não se podem dizer e deixar no ar, que são graves, porque o membro Fátima Strecht (GMPS) referiu-se à eliminação de uma gravação de uma reunião da Conferência de Líderes ...

O membro Fátima Strecht (GMPS) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM questionando-o se adivinha os seus pensamentos ...

O Sr. Presidente da AM respondeu que sim, que o membro Fátima Strecht (GMPS) se referiu a essa gravação que foi eliminada por lapso do André Pimenta a quem, no final do mandato anterior, entenderam dar um louvor



pelo excelente trabalho que continua a fazer, pelo que não admitia que ponham em causa a honorabilidade do trabalhador.

Concluiu, referindo que era muito bonito que quando o membro Fátima Strecht (GMPS) lhe pedisse desculpa quando fosse intervir.

O Membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que na sessão da AM de 27 de abril gerou-se uma querela a propósito de uma questão de “paternidade” das grelhas, sendo que essa querela foi ultrapassada com base nos documentos que haviam sido trocados entre os intervenientes.

Registou e sublinhou a intervenção de pessoas que viveram a situação e que de modo voluntário, revelando coragem, deram a sua versão dos acontecimentos. Disse que esses depoimentos foram inequívocos, permitindo que se dissipassem as dúvidas e que se distinguisse de modo claro a verdade, da não verdade, designadamente, independentemente das querelas partidárias que os separam, por parte do membro Paulo Teixeira (UCTP), do membro Jorge Quintas (GMMPM) e do membro Carlos Trindade (GMPSD).

Referindo-se aos dias das sessões da AM, disse que há um princípio que independentemente de estar consagrado expressamente, ou não, no Regimento, tem sido uma prática: não são profissionais da política, apesar de estarem aqui por paixão, mas têm os seus afazeres profissionais, pelo que as reuniões devem ter lugar em dia que permita que o dia seguinte seja um dia não útil, porque as reuniões acabam tarde e as pessoas têm os seus afazeres e as suas responsabilidades. Disse que isso deve ser tido em consideração, independentemente de Regimentos ou não Regimentos.

Deu nota que a última sessão ocorreu a uma quarta-feira, e os argumentos não o convencem, porque tentou-se informar se o assunto que levou à antecipação da sessão de 27 de abril tinha sido objeto de discussão, e a resposta que lhe deram foi a de que as coisas não foram discutidas em sede de Conferência de Líderes. Mas, referiu, no dia em que supostamente a reunião deveria ter lugar, no dia 29, o Sr. Presidente da Mesa, no uso de um

direito que é inquestionável, que deve ser respeitado, estava a participar num evento de natureza partidária que decorreu em Coimbra a apoiar o seu candidato, com toda a legitimidade, tendo questionado se não é possível compatibilizar as posições e os interesses das pessoas; se é a AM que vai ser de algum modo penalizada pelo fato de haver compromissos políticos de quem quer que seja, sobretudo que tem a responsabilidade de liderar? Salientou que todos sabem que nas ausências e impedimentos do Presidente do órgão existe alguém que legalmente o substitui e as coisas funcionam normalmente, ou será que o Sr. Presidente da Mesa não confia dos seus secretários para conduzirem os trabalhos, questionou.

Referiu que o Sr. Presidente da AM tem um entendimento muito respeitável acerca da presença do membro da UCPT nas reuniões das Conferências de Líderes, mas que, entretanto, o Sr. Primeiro-Secretário, que é Coordenador do grupo de trabalho do “Testamento do Conde”, convoca sempre o mesmo deputado para as reuniões do grupo de trabalho, tendo referido que isso pode aparentemente indicar que há procedimentos, comportamentos, análises diferenciadas. Disse que acha que isso deveria ser resolvido uma vez por todas com Regimento ou sem regimento, e que isso só depende da vontade dos membros da AM.

Informou que isto não foi um ato isolado: no dia 17 de dezembro de 2021 teve lugar uma reunião ordinária da Câmara Municipal que começou às 14:10 e terminou às 19:10 (Câmara municipal trabalhou muito), e no mesmo dia, estendendo-se para os dias 18 e 19, ocorreu o “39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata”. Disse que, como é natural, houve vários sociais-democratas Paivenses que foram ao Congresso, mas como a reunião de Câmara terminou às 19:10, a pressa de estarem lá no início dos trabalhos foi tanta que não houve o cuidado de fechar as portas da Câmara Municipal que ficaram abertas nessa noite.

Referiu que podem ficar sossegados porque, que se saiba, não houve intrusos, não terá havido desaparecimento de dossiês, nem de documentos, mas que parece que recentemente terá “voado” um anexo.

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que é preciso ter cuidado, porque é uma responsabilidade muito grande que recai sobre os ombros do executivo: as paredes têm ouvidos, pelo que é preciso ter algum cuidado nestas coisas.

O membro Carlos Trindade (GMP PSD) usou da palavra para dizer que a toponímia é um problema que o PSD já constatou, mas que esse processo não é de agora, tem de se ir ao seu início. Disse que o processo foi muito mal conduzido: ficou concluído em finais de 2017, mas o que é certo é que só agora é que os Paivenses se estão a deslocar aos serviços públicos para alterarem as suas moradas, os seus números de polícia, o que é extremamente penoso e desagradável, sendo um problema que não foi o PSD que criou mas que vai ter que o resolver, e irá resolver.

Relativamente às árvores do Largo do Conde, referiu que tem quase a certeza que no contrato não está salvaguardada a questão das árvores. Disse que lhes restam os prazos de garantia que, se não estiverem previstos no caderno de encargos, resta-lhes que o empreiteiro, se for pessoa de bem, coloque as árvores.

Salientou que não foi o PSD que criou o problema: se a época para a plantação das árvores não foi apropriada, não foi o PSD que decidiu.

Deu nota que a obra de requalificação do Largo do Conde tem muitos problemas, tal como a obra da Rua Direita, e que apesar de sempre ter sido um defensor da requalificação do espaço, nunca aceitaria que fosse feita conforme foi. Disse que outras terras fazem requalificações de centros e adotam, por exemplo, a calçada portuguesa, algo que gostaria de ter visto aplicado no Largo do Conde.

Deu os parabéns à Vereadora Liliana Vieira pela organização da primeira edição das “Curtas” em Castelo de Paiva, defendendo que o executivo municipal deve continuar a apostar na cultura.

Concluiu, dando também os parabéns ao executivo municipal pela organização da “15.ª Feira Social de Castelo de Paiva”.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que não é que para si tenha qualquer importância ser a primeira ou a última a falar, não é isso que está em causa, mas já não é a primeira, segunda ou terceira vez que se inscreve e depois não é cumprida a ordem das inscrições.

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS) para dizer o que a Mesa não tem outra forma que lhes permita registar a ordem das inscrições, e que não se lembra de ter sido diferente, ou seja, em todas as Assembleias a que até hoje assistiu nunca viu ninguém criticar a ordem pela qual as intervenções eram feitas por parte do Presidente da AM, era quase ele próprio que escolhia as intervenções (lembra-se que era sempre o primeiro a falar no último mandato).

Salientou que não admitia que o membro Fátima Strecht (GMPS) queira dizer que a Mesa esteja deliberadamente a alterar a ordem das inscrições.

O membro Fátima Strecht (GMPS) retomou a sua intervenção para dizer que o Sr. Presidente da AM não pode dizer que ela não reclamou, porque logo na altura se insurgiu contra a ordem das inscrições que o Sr. Presidente da AM referiu.

Enfatizou que não admitia que o Sr. Presidente da AM desvirtuasse o que se passou e, para ficar bem visto, “chutar a bola” para o Dr. André Pimenta. Disse que não quis de forma alguma, e nunca o faria, beliscar a honorabilidade do Dr. André Pimenta, que foi bem merecedor de um voto de louvor.

Endereçou um voto de louvor e agradecimento a todas as pessoas que de forma voluntária realizaram a belíssima passadeira no dia do “Corpo de Deus”. Disse que o trabalho final ficou maravilhoso e digno de ser visto, tendo conferido maior dignidade a esta festa.

Manifestou o seu desagrado pelo estado em que se encontra o jardim do Largo do Conde, nomeadamente, numa altura em que começam a vir mais turistas, mas também para todos os Paivenses que gostam de ver a sua “sala

de visitas” bem arranjada. Sugeriu a colocação de algumas plantas aromáticas que não dão grande trabalho e não consomem muita água.

Referindo-se à recolha de lixo, mais propriamente ao semienterrado junto ao Mercado Municipal, deu nota do cheiro nauseabundo que ali se verifica dia após dia, tendo chegado à conclusão que tal acontece porque quando o lixo é recolhido, é de seguida colocado um novo saco sem que se limpem os resíduos líquidos que permanecem no contentor. Sugeriu que se proceda à limpeza do contentor com o auxílio de desinfetantes e de uma cisterna, antes de se colocar um saco novo, conforme é feito noutros concelhos.

Alertou para o fato de as pessoas fazerem a limpeza dos seus quintais e jardins e, de seguida, colocam a vegetação, às vezes árvores, troncos, nos contentores logo no dia seguinte ao lixo ter sido despejado. Disse que os contentores e os moloques ficam cheios e as pessoas começam a pôr os sacos de lixo no chão, com as consequências que se conhecem devido à presença de animais, tendo sugerido a colocação de avisos e, eventualmente, não sabe se existe, a colocação desses resíduos orgânicos num centro de compostagem.

Perguntou para onde é que a Câmara Municipal direcionada a relva que corta dos jardins: se vai indiferenciadamente para qualquer aterro; para algum centro de compostagem, para que as pessoas possam ser elucidadas sobre onde podem colocar este material orgânico.

Perguntou também se a Câmara Municipal tem alguma novidade para dar em relação aos pilhões que sugeriu que fossem adquiridos para o concelho? Disse que não adianta educar as nossas crianças nas escolas para as questões ambientais, se depois não têm onde colocar as pilhas usadas.

O membro Sílvia Cruz (GMMPM) usou da palavra para fazer uma questão relativa ao aproveitamento do nosso rio Douro. Disse que o nosso Município possui vários quilómetros do rio Douro que se podem transformar numa grande riqueza do ponto de vista económico e turístico, mas que até a data nada foi feito no sentido de aproveitar essa mais-valia,

tendo perguntado se há novidades acerca do Cais de Sardoura e, se sim, quais são.

Referindo-se ao processo de desagregação das freguesias, disse que se trata de um assunto que é consensual entre todos os membros da AM. Referiu que o executivo municipal, e muito bem, disponibilizou uma equipa técnica para tratar deste assunto, tendo perguntado se até à data já foi solicitado apoio por parte das Juntas de Freguesias para dar resposta a este processo.

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros (GMPSD) usou da palavra para dizer que agradecia a todos aqueles que intervieram, mas que ficou triste porque ficou com a impressão que depois de tanta luta que tiveram, da direita e da esquerda, em Castelo do Paiva, para que tudo corresse pelo melhor no concelho, verifica que fomos ultrapassados pelos concelhos de Arouca e Cinfaes.

Disse que daquilo que ouviu hoje ficou com a impressão que se descobriu em pouco tempo a pólvora em Castelo de Paiva: tirem as vossas conclusões, referiu.

Relativamente à Ponte de Melo, informou que quando esteve na Junta de Freguesia de Bairros entre 2005 e 2013, teve, juntamente com a sua equipa, de arranjar a ponte, porque já estava interdita à circulação. Disse que agradecia ao membro Giselda Neves (GMPS) por ter-se guardado para que ele voltasse à presidência da União de Freguesias para voltar a recuperar novamente a ponte, sendo que a única coisa que pode garantir é que está atento e que tudo fará para que seja de novo restaurada.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que reiterava o conteúdo da intervenção do membro Jorge Quintas sobre o relatório que espelha de forma fotográfica os indicadores que influenciam o estado de saúde da região do Sul do Vale do Sousa a que Castelo de Paiva pertence. Disse que os indicadores são variados, desde o nível de escolaridade, indicadores económicos, sociais, ambientais, demográficos e de segurança, havendo um indicador claro que é relativo ao baixo nível de



escolaridade do Município e, consequentemente, os rendimentos também serão tendencialmente mais baixos.

Defendeu que o relatório é de um “tiro de partida” para este executivo, tendo perguntado qual é o ponto de situação do Plano Municipal de Saúde a ser implementado no Município.

Deu nota de uma notícia que revelou que haveria desenvolvimentos sobre o processo da Variante à EN 222 na ligação de Canedo a Lavagueiras, tendo perguntado se o executivo tem alguma informação que possa transmitir sobre essa matéria.

Relativamente à desagregação de freguesias, referiu que tem conhecimento que houve deliberações tomadas por parte das Assembleias de Freguesia, tendo solicitado um ponto de situação ao executivo sobre este assunto. Sobre o Largo do Conde, disse que não é a primeira vez que o membro Carlos Trindade (GMPSD) contraria aos seus pares relativamente a uma obra que teve o voto unânime de todo o seu partido, inclusive do atual Presidente da Câmara.

Em relação à reunião da Conferência de Líderes que existiu na passada semana, informou que anunciou antecipadamente em concordância com a sua bancada que não estaria presente (justificou por escrito). Disse que o PS sempre se pautou pelo exercício da democracia, e se até há bem pouco tempo todas as forças representadas na AM tiveram assento e voto, mesmo que ilegal, na Conferência de Líderes, houve uma mudança de atitude por parte do Sr. Presidente da AM que repudiam e vincam de forma bem clara, que sempre que houver Conferência de Líderes e qualquer força partidária não esteja presente, o PS não se fará representar porque entendem que a democracia não se apregoa, pratica-se.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que relativamente à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), que este tentou enfatizar várias vezes que o Sr. Presidente da AM disse ... mas o Sr. Presidente da AM não disse nada, apenas transmitiu o que os serviços transmitiram ao Sr. Presidente da AM, conforme tinha dito antes, e citou: “... colocadas as

questões formuladas aos serviços municipais, foram obtidas as seguintes respostas ...”. Disse que não tem competência técnica para duvidar das respostas dadas pelos serviços, por isso é que eles existem.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMMP) relativamente à Conferência de Líderes (também já respondendo ao membro Manuel Mendes - GMPS), disse que têm entendimentos diferentes, e enquanto o atual Regimento estiver vigor, sempre que houver uma Conferência de Líderes convocará apenas os líderes. Referiu que é a sua interpretação face àquilo que foi a votação na penúltima AM de não aprovar o novo Regimento mas, havendo um Regimento novo, certamente que será criado um Grupo Municipal.

Relativamente às reuniões à sexta-feira, e aqui dizer-se que há um acordo, disse que às vezes acha que os membros da AM estão a confundir aquilo que eram as suas discussões sobre a proposta de novo Regimento que prevê que todas as Assembleias sejam à sexta-feira, e que serão alvo de discussão na Conferência de Líderes se forem marcadas para dia diferente, ou seja, o Presidente da AM não pode marcar outro dia a não ser que haja acordo da Conferência de Líderes, mas que isso é no Regimento novo. Disse que não se confundem acordos com aquilo que foi discutido no Regimento que querem que seja aprovado, ou que, pelo menos, a Mesa queria isso.

Sobre o fato de a presente sessão se realizar no dia de hoje, respondeu que os membros da AM certamente compreendem que não poderia ser na próxima sexta-feira, porque é feriado de São João, na sexta-feira a seguir já é julho, e na sexta-feira anterior vários de membros da Mesa não podiam estar presentes. Disse que o ponto 6 também teria que ser aprovado até trinta dias após a aprovação da reunião de Câmara, pelo que a AM teria de decorrer até ao dia 25, daí a data de hoje, sendo que continuam a cumprir o Regimento, porque este prevê que quando agendadas para dias úteis, as Assembleias devem ser marcadas às 20:30: hoje é um dia útil e foi marcada para as 20:30, estando apenas a cumprir o Regimento.



Relativamente ao “pai das grelhas”, respondeu que reiterava o que disse na última AM: sendo uma proposta da Mesa, foi a Mesa que enviou o primeiro e-mail onde estavam as grelhas.

Quanto às fotografias, respondeu que a intenção da Mesa é colocar todas as fotografias na página de internet da Câmara Municipal, apesar de terem recebido poucas, mas que isso não invalida que aqueles que enviaram vejam a sua fotografia publicada. Disse que não está a amuar, como já foi dito, mas a previsão da Mesa de alterar o site dependia da alteração do Regimento, porque queriam criar logo os quatro Grupos Municipais, mas não vão dar seguimento a este assunto.

Sobre a questão do cartão de membro da AM, respondeu que faz parte da proposta do novo Regimento, não está contemplado no atual, mas poderão ainda analisar se faz sentido, ou não, haver um cartão mesmo sem estar previsto no Regimento.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que ia tentar ser o mais sucinto possível na resposta às questões que lhe foram colocadas, visto que são quase 23:00 numa AM que começou às 20:30.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), disse que confirmava o voto unânime de aprovação do projeto de requalificação do Largo do Conde, mas que o projeto que lhes foi apresentado foi sucessivamente alterado até à versão final, tendo recordado uma gravação que passou na comunicação social, na qual era garantido pelo Presidente da Câmara da altura e pelo arquiteto que elaborou o projeto, que dos quarenta estacionamentos poucos iriam ser retirados, pelo que se via a dimensão da alteração que o projeto sofreu.

Em relação a ligação à A32, informou que de acordo com as informações que lhe foram prestadas por pessoas com responsabilidades no governo, está-se a iniciar o projeto de execução da Variante à EN 222 depois da decisão do estudo de impacto ambiental obtida no início de maio. Disse que espera que a obra vá para o terreno o mais rapidamente possível.

Referindo-se à intervenção do membro Sílvia Cruz, respondeu que o rio Douro tem que ser aproveitado pelo nosso concelho tanto em termos turísticos, quer a nível ambiental. Disse que não se podem esquecer do rio Paiva, do rio Arda e do rio Sardoura, que merecem ter a importância que o rio Douro tem para o concelho, pelo que também têm que ser aproveitados. Informou que ainda recentemente houve uma reunião com a presença do Sr. Presidente de Junta de Freguesia, na qual se procuraram soluções para o Rio Sardoura.

Em relação ao Cais de Sardoura, informou que foi reabilitado pela “APDL – Administração dos Portos do Douro e de Leixões” e encontra-se sob a sua gestão. Disse que o Cais de Midões foi o único que foi cedido ao Município, e está a encetar diligências junto da “APDL – Administração dos Portos do Douro e de Leixões” para que o Município possa ter autonomia.

Deu nota que foi colocada areia nos areais do Castelo e de Pedorido; que também será colocada areia no Crokas; que, a pedido da Junta de Freguesia de Real, irão intervir junto à Ponte das Travessas.

Informou que a gestão da fluvina do Castelo já foi adjudicada a um privado. Em relação à desagregação de freguesias, deu nota que já foi criada uma comissão de trabalho pela Assembleia de Freguesia da Raiva, Pedorido e Paraíso.

Informou que estão a fazer a analisar juridicamente o processo para que não haja falhas na sua fundamentação e para que a desagregação de freguesias aconteça.

Informou também que irão voltar a chamar aquele grupo de trabalho, e que tem estado em contacto com a UF de Sobrado e Bairros para que o processo seja desencadeado para ser aprovado pela Assembleia de Freguesia após parecer do executivo de cada uma das Juntas de Freguesia, e de seguida vir à Assembleia Municipal e seguir para a Assembleia da República.



Relativamente à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), concordou que os jardins do Largo do Conde não agradam a ninguém. Disse que apesar de a empreitada ainda estar dentro da garantia, o executivo irá reformular os jardins depois da realização do S. João e da Feira do Vinho Verde.

Deu nota que o Município nunca teve um equipamento de limpeza dos moloques, algo que é necessário, sendo que também há alguma falta de civismo de quem faz a utilização dos moloques e dos contentores.

Informou que vão ser adquiridos sessenta novos contentores devido ao estado de degradação em que muitos se encontram.

Sobre a questão da vegetação que é colocada no lixo, informou que a empresa “Ambisousa” ainda há pouco tempo fez uma campanha de distribuição gratuita de compostores, devendo as pessoas terem a noção que os contentores servem para a colocação de resíduos sólidos urbanos e não para a colocação de desperdícios de jardinagem ou restos de materiais de construção.

Relativamente aos restos resultantes do corte da relva, respondeu que a Câmara Municipal tem um contrato com uma empresa de jardinagem que tem a responsabilidade de os remover.

Quanto aos pilhões, informou que desafiou o Presidente da “Ambisousa” a avançar com um projeto para a colocação de pilhões em todos os concelhos do Vale do Sousa, especialmente em Castelo Paiva.

Referindo-se à intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS) na parte relativa à reunião de 17 de dezembro, respondeu que não se recorda de ter ficado com o pelouro do chaveiro, e que pensa que também não eram os anteriores Presidentes de Câmara e Vereadores que procediam ao fecho das portas.

Confirmou que a reunião de Câmara acabou às 19:10, sendo que o congresso teve início às 21:00 em Santa Maria da Feira, pelo que tiveram mais do que tempo para chegar a horas. Disse que o funcionário em causa foi alertado do erro e foi-lhe pedido para que não voltasse a acontecer.

Referiu que há muita coisa que se poderia dizer de anexos que desaparecem, aparecem, e a forma como se fala desses chamados anexos. Relativamente à intervenção do membro Giselda Neves (GMPS), disse que foi com muito gosto que esteve na apresentação do relatório de atividades da “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, que tem muita informação importante e atualizada sobre vários domínios importantes para o Município.

Em relação à Ponte de Melo, referiu que estava contente que o membro Giselda Neves (GMPS) se tenha lembrado ao fim de doze anos de presença na AM que aquela ponte existe.

Sobre a Rua 25 de abril, designadamente, a passadeira e as lombas (também para a Rua das Escolas), respondeu que as lombas já se encontram no armazém municipal, estando-se à espera que chegue a sinalização vertical para as sinalizar e para poderem ser colocadas, porque são ruas muito utilizadas por muita gente.

No que concerne aos números de porta, concordou que tem sido um processo complicado, no entanto, quando o executivo chegou à Câmara Municipal havia três pessoas a tirar números de porta, sendo que atualmente, a contar com estagiários, há quinze pessoas a fazer esse trabalho.

Lembrou que a toponímia está aprovada desde 2017, sendo que a lei obrigava a que o processo já estivesse concluído há muito tempo atrás.

Informou que sensibilizou os “CTT – Correios de Portugal” para a necessidade do alargamento do prazo, tendo visto esse prazo ser alargado até ao dia 31 de outubro de 2022, podendo haver a necessidade de alargar esse prazo.

Agradeceu aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, porque quando chegou à Câmara Municipal, enquanto Presidente, tinha muitas placas de toponímia nas garagens deste edifício, e com a sua colaboração foi feita a colocação dessas placas.



Respondendo à intervenção dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Fornos e de Real, disse que há um problema da parte dos “CTT - Correios de Portugal” na atribuição dos códigos postais que vão parar a outras freguesias, com uma maior limitação para as Juntas de Freguesia.

Defendeu que há a necessidade que o processo de limitação das freguesias avance, mas também têm de ter a consciência que poderão, espera, voltar a ter as nove freguesias no seguimento do processo de desagregação das freguesias, pelo que vai falar com todos os Presidentes de Junta para acordarem o procedimento a seguir, porque, concretizando-se a desagregação, terão de proceder novamente à limitação, sendo que seria sensato fazê-lo em conjunto nessa altura, em vez de agora.

Em relação à requalificação da escola EB2/3, esclareceu que o financiamento para a obra foi garantido antes de 2021.

Confirmou que foi pago pelo anterior executivo o montante de 58.500,00€, mais iva, à equipa de arquitetura que elaborou o projeto. Disse que quando o atual executivo chegou à Câmara Municipal detetou falhas na elaboração do projeto que, conforme lhes foi dito, foi feito de acordo com o que foi pedido pelo anterior executivo, e bem, tendo informado que lhes foi pedida uma verba de 19.100,00€ para a reformulação do projeto, designadamente, a cobertura para as crianças se deslocarem para as salas de aula em dias de chuva; os contentores apropriados e climatizados necessários para lecionar as aulas enquanto a obra estiver a decorrer; a criação de duas casas de banho nos pisos superiores; a reformulação total da cantina e do refeitório; a instalação elétrica e de gás; a colocação de materiais didáticos de última geração; tudo o que diz respeito à eficiência energética com a colocação de painéis fotovoltaicos e aparelhos de ar condicionado.

Salientou que têm de ter a preocupação em proporcionar as melhores condições para que as crianças adquiram conhecimentos e tenham uma boa aprendizagem.

*Ass. André
Vtts.*

Informou que o executivo chamou, pela primeira vez, a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, a Associação de Pais, o Sr. Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e os restantes Vereadores para que o projeto lhes fosse apresentado pelos técnicos da Câmara Municipal. Realçou que a equipa que elaborou o projeto tem que justificar o porquê do valor que apresentou, porque não foi o executivo que determinou o valor da reformulação do projeto, pediu sim que o mesmo fosse elaborado de acordo com as necessidades identificadas e pelo valor necessário para que houvessem concorrentes. Disse que infelizmente tal não aconteceu no âmbito do concurso e irão, a seu tempo, indicar quais os caminhos a seguir depois de auscultar as empresas.

Respondendo à questão colocada pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) relacionada com o júri, disse que a informação que teve foi a de que o júri aceita as propostas, mas os documentos veem à posteriori, pelo que o efeito da adjudicação a uma empresa que não tinha alvará neste caso é nulo. Explicou que a empresa não tinha alvará; não apresentou a documentação; o Tribunal de Contas detetou que o alvará não era o necessário para a obra em causa e ficou excluída (foi a única empresa a apresentar proposta para a realização da obra).

Em relação às árvores do Largo do Conde, informou que custaram 15.000,00€ mais IVA e, infelizmente, todos viram o que aconteceu, apesar de ter alertado antes da sua colocação (informou que as árvores serão substituídas em outubro).

Informou que o membro Carlos Trindade (GMPSD) tem razão, ou seja, o contrato não prevê a obrigação do empreiteiro proceder à substituição das árvores, há sim um compromisso verbal do horto que as forneceu de que o faria, esperando que assim seja.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Vieira (UCPT) relativa ao pavilhão do Couto Mineiro do Pejão, confirmou que, em geral, os equipamentos desportivos municipais necessitam de uma intervenção. Disse que aquele equipamento já foi intervencionado ao nível da cobertura



aquando do incêndio de 2017, mas não terá ficado nas melhores condições, pelo que quando chove entra água no interior do recinto, tendo informado que estão a tentar encontrar soluções que deem garantia de não haver infiltrações de água.

Sobre as fugas de água, respondeu que têm ocorrido um pouco por todo o concelho. Disse que têm procurado soluções rápidas para o problema: ainda hoje fizeram a entrega de duas carrinhas novas ao serviço de abastecimento de água para substituir outras duas que eram de 1994, para conseguir solucionar os vários problemas de forma mais rápida e económica.

Apelou a todos os municíipes e a todos os membros da AM que quando verificarem que existem ruturas de água que possam fazer chegar essa informação aos serviços, para que possam responder da forma mais célere possível e evitar o desperdício de água, que para além do impacto ambiental, tem também impacto a nível económico, porque a Câmara Municipal paga a sua água às “Águas do Douro e Paiva”, e toda a água que é desperdiçada tem um custo acrescido para o Município, sendo que essas verbas poderiam ser utilizadas para outros fins.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPPM), associou-se às felicitações endereçadas à equipa de sub-13 de futebol feminino do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, tendo informado que teve a oportunidade de esperar pela chegada das atletas para lhes poder dar os parabéns pessoalmente.

Relativamente à página de internet do Município, referiu que não tinha reparado, mas que vai corrigir esta situação.

Lembrou que o executivo em permanência propôs a todos os Vereadores a criação de um e-mail institucional do Município (apenas foi aceite pelos Vereadores José Manuel Carvalho e António Rodrigues), algo que não lhe foi possibilitado nos quatro anos em que esteve noutras funções na Câmara Municipal.

*Assentado
Votação*

Respondendo às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira, disse que já tinha dado resposta à questão relativa aos limites das freguesias.

Sobre os terrenos indicados pela freguesia de Fornos para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, informou que o executivo tem feito algumas diligências, mas tem-se deparado com alguns problemas na identificação do proprietário dos terrenos indicados. Referiu que há duas entidades que dizem ser proprietárias legítimas desses terrenos, tendo solicitado aos serviços municipais que desenvolvam diligências no sentido de saberem se é tudo/parte de uma entidade ou se é de outra entidade, para que possam encetar negociações com o legítimo proprietário dos terrenos.

Referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS), respondeu que conhece a Rua da Cavada, idêntica a muitas no concelho que também precisam de uma intervenção, designadamente, a substituição dos paralelos por betuminoso para que as viaturas possam ter aderência na circulação. Disse que ali bem próximo existe uma zona junto aos rails e ao muro que foi colocado que ainda não tem betuminoso, algo que vai acontecer nos próximos dias.

Deu nota que vai enviar uma equipa do gabinete técnico florestal para verificar a situação das limpezas no terreno municipal referido.

Em relação às faixas de combustão, respondeu que o “Plano Municipal de Defesa da Floresta e Luta Contra Incêndios” indica as faixas de dez metros nas quais é necessário fazer limpeza, tendo informado que já fizeram algumas limpezas e adjudicaram a uma empresa a limpeza de outros terrenos no âmbito das responsabilidades do Município.

Relativamente à colocação dos contadores de água nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, informou que vão faze-lo e vão instalar meios de telemetria para saber o dia e a hora exata em que uma boca-de-incêndio é ativada, para que haja um reporte do órgão executivo aos membros da AM, por exemplo, da água que é gasta no âmbito da proteção civil.



Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) reconheceu a importância dos territórios de baixa densidade naquilo que proporcionam em termos de “Vistos Gold”. Disse que encetou diligências junto da “ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses” para que a totalidade do território do concelho seja classificado de baixa densidade, não só por causa dos “Vistos Gold”, mas também pelas vantagens que proporciona na atração de investimento privado e na captação de apoios comunitários com uma majoração de 10%, o que muitas vezes pode fazer a diferença para que uma empresa se fixe no nosso concelho, esperando conseguir obter essa classificação para Castelo de Paiva.

Informou que os mecanismos de controlo interno já estavam a ser aplicados e que a entidade já foi informada.

Quanto à contratação de uma empresa para se proceder a uma auditoria financeira e de procedimentos na Câmara Municipal, respondeu que está a ser elaborado o Caderno de Encargos, tendo informado que a proposta financeiramente mais vantajosa que foi apresentada foi a da empresa “Carmo & Cerqueira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”, pelo que brevemente poder-se-á ver a adjudicação no portal “base-gov”.

Em relação à “Casa de Artes e Espetáculos”, respondeu que o processo foi cabimentado e entregue a um arquiteto ainda pelo anterior executivo, não tendo sido pago nenhum montante (não há projeto). Disse que essa verba faz parte dos 2.000.000,00€ que tiveram que transitar do anterior exercício para o atual, sendo que o local que foi escolhido tem um problema ao nível das linhas de água, pelo que estão a aguardar os pareceres da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” e a “CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”.

Sobre o entulho retirado do edifício “Marmoiral”, explicou que foi enviada a fiscalização ao local que informou que não havia lá entulho (pode enviar o relatório ao membro Pulo Teixeira (UCPT).



Fls. 116

Lembrou que na aprovação do projeto havia lugar a algumas demolições, designadamente, da loja que se encontrava junto à Rotunda do Milénio e a questão dos recuados.

Deu nota que ia fazer um esclarecimento em relação à Casa da Boavista. Disse que optou por não fazer nenhuma declaração, até porque não foi questionado por nenhum dos Vereadores na primeira reunião da Câmara de junho, tendo informado que os membros do Grupo de Trabalho “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, em reunião realizada em 15 de junho, colocaram as suas questões e perceberam, como agora quer reiterar, que não mandatou nenhum munícipe para a criação de qualquer comissão sobre a Casa da Boavista.

Assumiu que houve algum descuido da sua parte ao não ter feito logo o devido esclarecimento aquando da intervenção do munícipe na reunião de Câmara, em que leu um e-mail que tinha enviado para um dos usufrutuários intitulando-se como mandatário e referido a criação da comissão.

Informou que falou com o munícipe e que este reconheceu que não tinha sido mandatado para a criação de qualquer comissão, até porque para a criação de uma comissão teria que haver um despacho a remeter para a reunião de Câmara.

Enfatizou que a única comissão a funcionar no Município é a que foi constituída pela Assembleia Municipal - Grupo de Trabalho “O Testamento do Conde de Castelo Paiva”.

Referiu que espera que se consiga ao fim de tantos anos resolver a questão da Casa da Boavista, porque é um processo que já vem desde o falecimento do Sr. Conde, já passou por dois executivos, e é necessário de uma vez por todas preservar aquele património e aquele legado tão importante para o desenvolvimento de Castelo de Paiva.

Relativamente à reconstrução do edifício “Marmoiral”, esclareceu que até ao momento o executivo municipal não recebeu qualquer comunicação do tribunal em relação a este processo, nem foi instaurada qualquer providência cautelar.

Salientou que solucionar o problema daquele prédio é importante para o Município do ponto de vista económico, mas também do ponto de vista social no intuito da fixação de pessoas no conselho, opinião que diz ser comungada pelo dois partidos políticos que então votaram na resolução do processo e que fazem parte do atual executivo municipal (não pode falar pelos movimentos de cidadãos, mas pensa que também comungam dessa opinião).

Informou que o executivo, juntamente com os serviços técnicos, têm acompanhado todo o processo que se encontra devidamente balizado e legalizado de acordo a lei e com o “PDM – Plano Diretor Municipal”.

Deu nota que o membro Paulo Teixeira (UCPT) o questionou sobre um pedido de alteração ao projeto, tendo confirmado que deu entrada na Câmara Municipal um pedido de alteração ao projeto que estará a ser trabalhado com os serviços municipais. Informou que esse pedido já tem parecer positivo da “CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”.

Concluiu, referindo que não tendo conhecimento pessoal com o empreiteiro, que afirmava que enquanto Presidente da Câmara Municipal estará sempre ao lado de todos os municípios e cidadãos que se queiram fixar em Castelo de Paiva, bem como, de todos os empresários que queiram investir no nosso concelho, desde que cumpram as leis e regulamentos em vigor, e tragam valor acrescentado para o Município.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dizer que o Município assumiu a delegação de competências no âmbito da saúde no dia 1 de junho.

Salientou que não crê que o executivo se tenha precipitado, porque dos restantes municípios que fazem parte do “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, Penafiel e Paredes assumiram as competências em abril, e Castelo de Paiva só a 1 de junho. Deu nota que antes de assumirem qualquer competência, solicitou uma reunião à “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” e ao

“ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” que se realizou a 14 de março, para falarem sobre a delegação de competências, designadamente, sobre o que viria para o Município, o estado dos nossos edifícios e outras valências que querem que sejam parte integrante deste processo.

Informou que no dia 23 (poderá partilhar o e-mail com quem o desejar) remeteu às entidades anteriormente referidas o relatório elaborado pelos serviços municipais sobre o estado da “USF Paiva Douro”, que neste momento é pertença no Município face à delegação de competências; pediu aos representantes que validassem e verificassem o estado dos equipamentos que ali estão instalados, bem como na “USCP de Oliveira do Arda”, que embora o edifício seja do Município, está cedido por cinquenta anos a uma IPSS (“ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” alugou o edifício para desenvolver as suas atividades), antes de ser apresentada uma proposta.

Informou também que no Auto de Transferência vem discriminado todo o imobilizado e todo o inventário, sendo que nem tudo está operacional, há algumas questões operacionais em resolução.

Deu nota que foi publicado um aviso no site do “PRR – Plano de Resolução e Resiliência” para a requalificação de Centros de Saúde, tendo no seu e-mail de 23 março questionado quer o “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, quer a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”, se estavam contemplados os investimentos para o edifício de Castelo de Paiva, tendo-lhe sido garantido que ao nível da “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” mesmo depois da delegação de competências, há lugar para acordos de cooperação para a melhoria das instalações dos nossos edifícios.

Deu também nota que fez chegar às entidades anteriormente referidas as condições em que se encontram o edifício sito no Couto Mineiro do Pejão, designadamente, intervenções que foram feitas pelo “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” que

danificaram aquele edifício, danos esses que o município não se vê na obrigação de reparar.

Salientou que houve um trabalho prévio à assunção destas competências relativamente às quais não se querem rever como meros “administradores de condomínios”, mas que também acha que está na altura de poderem fazer mais no concelho pela melhoria da área da saúde.

Informou que realizou uma reunião de trabalho com os funcionários que passaram para a alçada do Município, e esteve também com os representantes da saúde que ali operam.

Referiu que fez questão de dizer à Senhora Ministra que o pacote financeiro tem que acompanhar as questões que lhes estão a ser imputadas, e que não se pode de modo algum colocar em causa a saúde financeira do Município por estar a assumir estas competências, sendo que também acha que com esta proximidade podem fazer a diferença na melhoria dos serviços a prestar à nossa população.

Deu nota que também reivindicou a melhoria dos acessos à saúde e o alargamento do horário de funcionamento da “USF Paiva Douro”, tendo dito à Senhora Ministra que também estão disponíveis para colaborar.

Informou que na próxima segunda-feira estará no terreno para avaliar tudo o que está previsto na ordem de trabalhos, tendo inclusive reuniões com os responsáveis clínicos das duas unidades de saúde do concelho. Disse que a partir daqui, seja edifícios, seja uma fuga de água, seja humidade, seja a falta de um enfermeiro, seja a falta de um médico, vai fazer chegar ao “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, à “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” e ao Ministério da Saúde, todas as questões que têm que ser levantadas.

Quanto à questão do Plano Municipal da Saúde, disse que terão de o fazer independentemente de estarem a assumir a delegação de competências. Disse que tiveram uma reunião de trabalho com uma entidade externa, porque os serviços municipais não têm capacidade para fazer um Plano Municipal da Saúde com a abrangência e a exigência a que obriga, sendo

que também têm uma Carta Educativa para rever, e os dois temas interferem um com outro, ou seja, há indicadores que vão fazer com que se defina a estratégia para o Município no âmbito da saúde, no âmbito da educação e no âmbito da ação social, cuja assunção de competências pelos municípios está prevista que ocorra até ao final do ano civil.

Salientou que conta com todos os partidos e movimentos de cidadãos representados na AM para que juntos possam encontrar as melhores soluções para o Município no âmbito da saúde, porque é disso que se está aqui a falar.

Deu nota que o Conselho Municipal da Saúde tem poucas entidades ali representadas, pelo que quer alargar esse fórum a outras entidades que podem contribuir para a estratégia do Município.

Deu também nota que agendou uma reunião com as farmácias locais para a primeira semana de julho para avaliar a questão dos horários, porque são temas problemáticos para o nosso Município.

Em relação site da Câmara Municipal, disse que é certo que ainda não foi reformulado, mas que também não é a sua prioridade. Referiu que a prioridade é chegar à Câmara Municipal e não ter um plano de cibersegurança implementado; é o “RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados” que também tem que ser aplicado no Município, pelo que entre reformular uma página de internet do Município, que também é necessário, e tratar das questões referidas, a sua prioridade vai para aquelas. Informou que o próximo quadro comunitário tem verbas previstas para a área da digitalização e da modernização administrativa, pelo que o executivo vai verificar se há abertura para se apresentar uma candidatura que os possa auxiliar nesses temas importantes.

Concluiu, referindo que quando se quer tudo não se consegue fazer tudo, dai achar que a saúde é premente, que a educação é premente, que é premente decidir sobre a abertura do próximo ano letivo.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) pediu a palavra para intervir no uso de direito de defesa.

O Sr. Presidente da AM respondeu que salvo melhor opinião não tinha sido feito nada que justificasse o direito de defesa por parte do membro Paulo Teixeira (UCPT), pelo que não lhe concedia o uso da palavra, a não ser que fosse para se referir aos esclarecimentos que foram dados anteriormente.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que sobre a resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu referente à “Casa das Artes e Espetáculos”, (queria que ficasse em ata porque estão pessoas na sala que foram expropriadas judicialmente sem acordo amigável nos terrenos que estão na maquete), que independentemente do parecer da “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” ou da “APA – Associação Portuguesa do Ambiente”, toda a gente sabe que os terrenos que estão na maquete são parte integrante dos terrenos expropriados para o parque da feira. Disse que foi esse o objetivo da expropriação, pelo que se for lá instalado um outro equipamento que não o parque da feira há direito de reversão por parte dos proprietários originários.

Deu nota que o Sr. Presidente da Câmara não lhe respondeu às perguntas que fez sobre o edifício “Marmoiral”, que apenas respondeu sobre um aditamento.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da AM disse que gostava de consultar, na sequência da intervenção do membro Giselda Neves (GMPS), e do que questionou sobre se tinha sido aberto um inquérito interno para apurar responsabilidades no âmbito do processo da escola EB2/3, em dia e hora a combinar, os processos do concurso, para ter a certeza daquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, porque assistiu à reunião da Câmara em que este assunto foi falado e ouviu duas versões: primeiro, a culpa era do Tribunal de Contas, segundo, a culpa era dos serviços.

Referindo-se à reunião da Conferência de Líderes, referiu que precisa de um parecer da AM, porque na próxima semana vai devolver ao Município as senhas de presença das reuniões em que esteve na Conferência de Líderes, independentemente de poder estar à espera meio ano, um ano, por

esse parecer. Disse que tendo em conta aquilo que o Sr. Presidente da AM disse na última AM, não é membro da Conferência de Líderes, logo, segundo o Regimento em vigor, não tem direito às senhas de presença.

O Sr. Presidente da AM respondeu que se o membro Paulo Teixeira (UCPT) quer devolver as senhas de presença, que o faça.

O membro Paulo Teixeira retorquiu que dava razão ao membro Fátima Strecht (GMPS), ou seja, cada vez que se fala num assunto em que o Sr. Presidente da AM errou ...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) para dizer que vai analisar e, se houver erro, e se aquele está disponível para devolver o dinheiro, é claro que vai aceitar. Disse que não tem presente se o membro Paulo Teixeira tem totalmente razão, tendo solicitado àquele membro que fizesse um requerimento.

O membro Paulo Teixeira retomou a sua intervenção referindo que pelo que leu nas três atas da Conferência de Líderes, foi convidado para essas reuniões, logo ...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) para dizer que este nem sequer falou nesse assunto, pelo que não podia estar a fazer outra intervenção.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) questionou se não foi visado duas vezes?

O Sr. Presidente da AM respondeu que não foi visado, e que faça um requerimento por escrito.

O membro Paulo Teixeira alertou o Sr. Presidente da AM que não há nenhuma obrigatoriedade legal que as Assembleias Municipais de fevereiro e de junho tenham que ocorrer até ao final de cada mês. Disse que nos mandatos anteriores houve sessões da AM em julho.

O Sr. Presidente da AM respondeu que na ilegalidade não há igualdade, ou seja, lá por se ter cometido ilegalidades não quer dizer que haja igualdade.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, o membro Paulo Teixeira (UCPT) disse que já é a segunda vez numa sessão da AM que este diz que



já é tarde. Disse que o Sr. Presidente da Câmara não é obrigado a estar na AM, que é convidado a estar neste órgão...

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) para dizer que o seu tempo de intervenção terminou, porque não está a intervir novamente. Referiu que lhe foi dada a palavra para retorquir algum esclarecimento que não lhe tivesse sido dado pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo que não vai abrir um novo período de intervenções antes do período da ordem do dia.

Deu nota que o Sr. Presidente da Câmara não é convidado, porque a lei diz que ele, ou o seu representante legal, é obrigado a estar na AM.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para referir que não tinha dito que era tarde, mas sim que tendo em conta que a AM começou às 20:30 e eram perto das 23:00, que ia tentar ser sintético nas suas respostas. Referiu que em relação à única questão que o membro Paulo Teixeira (UCPT) tinha colocado, que percebeu da sua intervenção que havia um contrato com um arquiteto para fazer um projeto da “Casa de Artes e Espetáculos”, e que haviam sido pagos 36.000,00€ num projeto de cerca de 80.000,00€.

Explicou que o que disse foi que há condicionantes à realização do projeto; que não foi paga nenhuma verba ao arquiteto; que essa verba está cabimentada, e foi uma das que passou para o Orçamento do ano de 2022 (que foi essa a questão lhe pareceu que foi feita).

O membro Jorge Quintas (GMMPP) usou da palavra para propor uma alteração à ordem de trabalhos, em função do público que se encontra na sala em grande número e que veio à AM para intervier sobre um assunto que os preocupa.

O Sr. Presidente da AM respondeu que no ponto 5 da ordem de trabalhos, período de intervenção do público, não há público inscrito.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) propôs que fosse permitido ao público usar agora da palavra.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que havia duas propostas: trocar a ordem da ordem de trabalhos, passando o ponto 5 a ser abordado já a seguir ao ponto 3. Colocada à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade; uma proposta para que o público presente possa intervir mesmo sem se ter inscrito. Colocada à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para proferir, em nome do GMPSD, a seguinte declaração de voto:

“ - O GMPSD votou a favor, mas queria relembrar aqui todos os Senhores deputados, e isto também por uma questão de respeito ao público, por isso é que foi esse o nosso sentido de voto, que o Regimento em vigor foi aprovado e os deputados do PS sabem bem, e muito bem, por que é que foi aprovado.”

Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

A munícipe Maria do Carmo, residente no lugar de Celeirós, freguesia de Real, usou da palavra para dizer que foi esclarecida nesta sessão a questão da delimitação das freguesias, no entanto é um problema que urge ser resolvido.

Disse que os moradores estão a tratar da documentação porque, supõe-se, uma mãe com filhos: os filhos vivem numa freguesia e a mãe vive noutra, situação que traz transtornos, pelo que é mesmo necessário tratar desses documentos.

Deu nota que para além disso, os moradores têm-se deparado com outra situação: têm terrenos, têm as suas habitações, e ao terem de mudar de freguesia vão assumir como tendo duas habitações. Disse que aqueles moradores que não pagavam “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” passaram a pagar, porque assume-se como tendo uma segunda habitação. Referiu que é certo que estes moradores tem que tratar dos documentos e é certo que a Câmara Municipal passou uma declaração para que se pudesse tratar destas questões, no entanto, questionava a AM e o Sr. Presidente da



Câmara quem é que vai custear todas estes custos pelos quais os moradores não são responsáveis, tendo em conta que a delimitação das freguesias já vem de há anos atrás sem que fossem tomadas as devidas decisões.

A munícipe Laurinda Pinho, residente no lugar de Celeirós, freguesia de Real, usou da palavra para dizer que estava isenta do pagamento de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” mas que este ano já terá de pagar, porque já foi informada que se não mudar a casa passa a ter duas habitações. Disse que este problema é originado pela mudança do número de porta.

A munícipe Conceição, residente no lugar de Celeirós, freguesia de Real, usou da palavra para dizer que uma vez que o prazo foi alargado não vai já tratar dos papéis, mas vai ter um problema originado pelo fato do cartão de cidadão da sua filha ir caducar, o que vai fazer com que estejam a viver na mesma casa mas com moradas diferentes. Disse que acresce a isso o fato de terem de alterar os livretes das armas do marido e outros documentos.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que as questões colocadas pelas munícipes vão no mesmo sentido.

Referiu que o processo da toponímia que, tal como já tinha dito antes, tinha como data para implementação o ano de 2013, foi aprovado em 2017, e estão agora em 2022 a discutir estas questões da toponímia.

Compreende os transtornos que têm sido causados tanto aos habitantes de Celeirós, como a muitos outros, porque municípios de todo concelho têm tido a necessidade de virem aos serviços municipais, ao registo predial e ao serviço das finanças, para poderem alterar a sua documentação.

Salientou que a questão da delimitação das freguesias, como já foi assumida, tem de ser tratada de comum acordo com as Juntas da Freguesia. Deu nota que a questão do “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” nunca lhe tinha sido colocada, terão que analisar, sendo que tendo um artigo urbano numa freguesia e essa freguesia passa, supostamente, a ser outra freguesia, o proprietário continua a ter na mesma um artigo urbano, não fica com duas casas. Disse que irá esclarecer-se junto dos serviços de

versada
JK



Fls. 171

finanças para perceber de que forma é que se pode resolver o problema, para que os habitantes de Celeirós, neste caso, possam continuar a usufruir dos seus benefícios.

Em relação aos restantes documentos, alterações de livretes, disse que relativamente à declaração que é passada pela Câmara Municipal, se houver necessidade de aquando da retificação ser emitida uma nova declaração, não haverá lugar a pagamento para se fazer as alterações de morada, são gratuitas.

Referiu que o membro José António Rocha (GMPS) tem muito mais experiência do que ele em matéria de finanças, pelo que seria útil que o Sr. Presidente da AM lhe permitisse o uso da palavra para que desse um esclarecimento sobre este assunto.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que se bem percebeu, no caso de Celeirós as casas estão como pertencendo a Real...

O Sr. Presidente da Câmara interrompeu a intervenção do membro José António Rocha (GMPS), pediu desculpa, para esclarecer que os códigos postais que estão a ser atribuído atribuídos pelos “CTT – Correios de Portugal” colocam Celeirós, que é da freguesia de Real, como sendo da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para também ele esclarecer que a “CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa” de 2021 tem a delimitação conforme as pessoas estão agora a dizer, ou seja, Celeirós está na UF da Raiva, Pedorido e Paraíso.

Disse que os “CTT – Correios de Portugal” são agora “uma areia” que veio de certa forma alarmar as pessoas, porque disseram que deixavam de entregar as cartas se não tivessem a morada correta.

Salientou que o problema não está nos “CTT – Correios de Portugal”, o problema está na “CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa”, na Direção-Geral do Território, tendo o Município que ver quais são os mecanismos adequados para corrigir as áreas do seu território.



O membro José António Rocha (GMPS) retomou a sua intervenção para dizer que deixando parte os códigos postais, a questão da delimitação das freguesias terá que ser decidida entre as freguesias e o Município, e que decidindo-se essa parte, cumpre ao Município emitir uma declaração dizendo que aquele prédio pertence à freguesia ou de Real, ou da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso.

Salientou que ao nível das finanças é fácil de resolver (já fez várias transferências de prédios de uma freguesia para a outra): por exemplo, há um prédio que está entre Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, esse prédio passa para outro Município, sendo que aqui é de uma freguesia para a outra. Disse que em termos de finanças muda de número, mas se a pessoa tem isenção só tem que fazer essa prova e continua com a isenção, não fica com dois prédios, sendo que essa transmissão tem que ser comunicada às finanças.

Reiterou que a Câmara Municipal tem que assumir essa delimitação e depois as pessoas têm que ter a morada coincidente com a morada do prédio.

A munícipe Conceição interveio novamente para dizer que o problema não está nos serviços de finanças, mas sim no registo predial que não aceita o registo da casa de uma freguesia para a outra.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que a intervenção das municípios foi muito importante, porque assim o Sr. Presidente da Câmara fica mais sensibilizado para a resolução deste problema.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que vai diligenciar junto do registo predial para verificar a situação e para poder transmitir uma solução aos municípios.

Disse que em relação ao serviço de finanças também já tinha a percepção do que foi transmitido pelo membro José António Rocha (GMPS).

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real usou da palavra para informar que vai decorrer durante o mês de Julho o tornei de futebol “Inter

“Freguesias” (Sub10 e Sub13), tendo apelado a todas as pessoas que fossem assistir aos jogos e apoiar os jogadores.

Informou que no seguimento de uma reunião ocorrida na Câmara Municipal, ficou decidido entre os Presidentes de Junta que os equipamentos seriam todos feitos numa empresa local para que fiquem mais baratos. No entanto, disse, o processo está algo “emperrado”, pelo que solicitou aos representantes das Juntas de Freguesia aqui presentes que usassem de celeridade no sentido de tratar deste assunto até ao próximo fim-de-semana, porque o torneio começa em Julho.

4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara teve uma reunião da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” neste mês de abril nas instalações da Câmara Municipal, pelo que supõe que a questão do saneamento foi abordada nessa reunião. Se sim, disse, espera que lhes possa dar boas notícias porque todos esperam por elas.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que apesar do relatório fazer referência de 5 de abril e 1 de junho, como foi falado o assunto da saúde, e o acordo assinado, gostava que o Sr. Presidente da AM tomasse nota da seguinte questão (é mais uma questão administrativa do que pergunta): não esteve cá, mas teve a oportunidade de consultar as atas da AM no mandato anterior, e a legislação, nomeadamente, o Decreto-lei n.º 56/2020 que trata da delegação de competências na área da saúde, quando a Câmara Municipal não concorda com a delegação de competências é a única altura em que a Assembleia Municipal se pronuncia sobre o facto. Disse que quer em 2019, quer em 2020, há pelo menos dez/onze deputados que estavam na AM anterior e que votaram contra a assunção da delegação de competências, não sabendo se juridicamente (coloca a questão à Mesa para análise) esse protocolo, por força dessas duas deliberações, não tinha que vir à AM.



Deu nota que era bom que os membros da AM vissem que quando se toma uma deliberação da AM, designadamente, as deliberações do dia 26 de junho de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, nas quais deram instruções à Câmara Municipal para fazer e trazer à reunião seguinte do órgão, o que nunca foi feito. Salientou que só estava a dizer isto por causa do procedimento administrativo.

De seguida questionou uma parte da intervenção da Vereadora Liliana Vieira, na qual terá dito que o edifício todo do hospital tem um contrato de direito de superfície com o “Centro Social do Couto Mineiro do Pejão” pelo período de 50 anos. Disse que podia estar errado no que ia afirmar a seguir, porque foi ele que fez o contrato de compra do edifício do hospital enquanto Presidente da Câmara, mas a Câmara Municipal recebe uma renda da parte onde está o Centro de Saúde, pelo que pensa que o que a Vereadora Liliana Vieira terá dito foi uma imprecisão: de uma parte, onde está o Centro de Saúde, a Câmara Municipal vai deixar de receber a renda da “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”; o resto do complexo está cedido ao “Centro Social do Couto Mineiro do Pejão”.

Informou que a informação da Atividade da Câmara refere que foi espalhado saibro na praia do Castelo, tendo perguntado se é saibro ou areia. Solicitou, se fosse possível, que se discriminasse a reposição das diversas calçadas que ocorreram nas freguesias, bem como as cedências de transporte.

Manifestou a sua preocupação pelo facto de terem ocorrido 130 avarias de água em 79 dias.

Deu nota que a informação, na parte relativa às empreitadas, apenas refere a obra de ampliação do cemitério de Sobrado, sendo que em informações anteriores são referidas outras empreitadas que estão em curso, pelo que deveria constar a escola EB2/3 de Sobrado; o Cavalete do Fojo; a Ponte Velha de Pedorido; a EB1 de Oliveira do Arda; a Loja do Cidadão e o Bairro Social de Curvite.



Fls. 173

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPPM), que foi com muito gosto que realizaram na Câmara Municipal uma reunião descentralizada do Conselho Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Disse que a questão do saneamento foi mais uma vez abordada durante a reunião, até porque está a ser feito no âmbito da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” o cadastro do que existe ao nível de saneamento e, inclusivamente, foi abordada a prorrogação do prazo até ao final de setembro para a conclusão desse cadastro, de modo a que Castelo Paiva e outros concelhos daquela Comunidade Intermunicipal que têm uma baixa taxa de cobertura de saneamento possam ter uma discriminação positiva no “P.O. Ambiental” do “Programa 2030”.

Referiu que espera que a “CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” e o Governo, com a autorização de Bruxelas, conceda aos concelhos da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, e a Castelo Paiva, que é o que nos diz respeito, uma discriminação positiva para que possamos ter fundos alocados para aumentar a cobertura de saneamento.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), esclareceu que foi feita uma colocação de saibro junto ao areal do Castelo, porque com a ondulação decorrente do tráfego de barcos o muro de suporte ficou com falta de apoio, pelo que houve a necessidade de repor algum saibro para repor a estabilidade desse muro. Disse que depois disso foi colocada areia.

Em relação às empreitadas, concordou que possa induzir em erro, mas explicou que se trata da assinatura do auto relativo ao início da empreitada de alargamento do cemitério de Sobrado, não se referindo às empreitadas que estão em curso.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação - Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias ao abrigo do n.º 2, do artigo 38.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Procedimento de transferência de recursos do Município para as Freguesias – reforço para o ano de 2022.

Presente uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara deu uma breve explicação relativamente a este ponto, em consonância com o conteúdo da proposta.

Deliberação: Apreciado e aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e deliberação sobre Proposta de Regimento da Assembleia Municipal e Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões das AM.

7.1. Votação da Proposta de Regimento Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para sugerir que se fizesse a apreciação dos dois documentos em conjunto, e depois, como estipula o Regimento, que se vote em separado.

Deu nota que o Regimento que se propõe a discussão e deliberação é uma iniciativa da Mesa, nos termos da lei e do Regimento em vigor - artigo 29.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013.

Salientou que o Regimento foi amplamente discutido com todos os líderes dos Grupos Municipais e os membros do Grupo de Cidadãos UCPT, e a prova disso é que o documento vai na sua nona versão, ou seja, tiveram antes desta oito versões da proposta de Regimento da Mesa.

Informou que a Mesa e o seu Presidente analisaram todos os contributos, todas as questões, todos os pedidos de esclarecimento, tendo sempre despachado todas as normas, inclusive, nas várias fases que tiveram do documento elaboraram sempre um documento que tem mais páginas que o próprio Regimento, no qual eram inscritos todos os contributos que foram recebidos e que foram separados em três fases: as propostas que foram aceites, identificando sempre quem era o proponente; as propostas que

foram indeferidas, justificando sempre o motivo do indeferimento com motivos de ordem legal, porque o Regimento não se pode sobrepor à lei. Informou também que todas as propostas que chegaram à Mesa e que se conjugaram com uma vontade maioritária foram sempre admitidas, pelo que acha que foi organizada a forma como tentaram elaborar e chegar a esta versão final da proposta de Regimento que, relativamente à última versão que tinha vindo à AM e cujo ponto foi retirado por vontade da maioria, tem como grande alteração, também por vontade da maioria da AM, a supressão dos artigos em que estavam incluídas as grelhas, ou seja, o Regimento deixa de regimentar que haveria previamente um tempo base disponível para cada Grupo Municipal e independentes, assim como deixou de existir uma distribuição proporcional do resto do tempo. Disse que, basicamente, foram essas as duas maiores alterações face ao que foi a proposta que veio anteriormente à AM, pelo que a Mesa pensa que esta proposta de Regimento pode, de certa forma, agilizar o funcionamento da Assembleia Municipal, bem como, suprir algumas situações relativamente às quais a AM, neste mandato, tem mostrado de que discorda, nomeadamente, a possibilidade do público poder intervir nos dois períodos a ele destinados sem ter que se inscrever previamente.

Deu nota que a atual proposta de Regimento também regulamenta a transmissão online das sessões da AM, algo que foi uma promessa não só do PSD, mas também de outras forças políticas.

Concluiu, referindo que também permite criar algo que para si é absolutamente justo, que é proporcionar igualdade entre todas as forças partidárias e permitir que o movimento UCPT se constitua como um Grupo Municipal com os mesmos deveres e direitos que os demais Grupos Municipais.

De seguida, abriu o ponto à discussão.

O membro Carlos Trindade (GMP PSD) usou da palavra para dizer que chegados à discussão e apreciação deste ponto, acha que é muito mais



aquilo que os une do que aquilo que os separa no âmbito daquilo que foram escrevendo na troca de e-mails e nas propostas que fizeram.

Salientou que reiterava e confirmava tudo o que foi referido pelo Sr. Presidente da AM, sublinhando que pode até ter existido antes, mas não se recordam de um processo como este que tenha sido alguma vez conduzido com tamanha transparência e organização: a compilação e o detalhe com que tudo foi introduzido ou justificado e esclarecido, não pode ter da parte de uma pessoa de bem qualquer reparo.

Deu nota que conforme foi dito pelo Sr. Presidente da AM na última Assembleia Municipal, se a maioria assim entendesse, eram retiradas as grelhas. Disse que o GMMMP e o UCPT mantiveram a posição contrária às grelhas, mas para espanto do GMPSD, e em manobra de último minuto, o GMPS mudou a sua posição para uma posição contrária, e as grelhas, conforme o prometido, foram retiradas, como se pode constatar no documento.

Realçou que aqui chegados têm o seguinte: o UCPT discorda da distribuição de tempos - foi retirada; gostaria que as Assembleias Municipais fossem sempre à sexta-feira - está nesta proposta de Regimento; sem precisar uma proposta concreta, tem como discordância o fato de não existir um tempo de resposta expresso/concreto para a resposta da Câmara Municipal às questões que lhe são formuladas por escrito à Câmara Municipal. Disse que este único ponto de discórdia foi, como todos, esclarecido, pois, por um lado, esta premissa já existe na lei e na proposta de Regimento no seu artigo 8.º, n.º 1, da alínea i), e artigo 3.º, n.º 2, da alínea d) e f) e, por outro lado, a lei e o Regimento até vão mais longe, permitindo que a AM aprecie (leia-se, agende um ponto) para esta matéria. Por fim, referiu, mas não menos importante e, salvo melhor opinião, não poderia nunca um Regimento que é da AM e que rege o funcionamento desta, impor prazos a terceiros, mesmo que esse terceiro seja a Câmara Municipal, acrescendo ainda que o UCPT, não obstante ter participado nas Conferências de Líderes de novembro, dezembro, e

Ass. 125

fevereiro, a convocatória do Sr. Presidente, como o membro do UCPT refere ainda agora, que existem questões que gostariam de expressar oralmente na Conferência de Líderes, se para tal fosse convidado.

Enfatizou que esta proposta do Regimento eleva o UCPT a Grupo Municipal, acabando com esta desigualdade imposta pelo atual Regimento, pelo que, se for aprovado, o UCPT poderá participar em todas as reuniões da Conferência de Líderes.

Deu nota que no que tange ao GMMPM, a única discordância, em tempos minoritária, que sempre teve para com este Regimento foram as grelhas, sendo que estas foram retiradas, pelo que contam com a responsabilidade do GMMPM para a sua aprovação.

Relativamente ao GMPS, referiu que não sabe o que é que quer para este Regimento, ou melhor, sabe que de maneira ardilosa quer fazer da discussão deste Regimento um caso político e ver se consegue prejudicar a conhecida e reconhecida boa imagem e competência do Sr. Presidente da AM, isto porque, o GMPS já foi a favor das grelhas e agora é contra, ou melhor, não sabe bem se é contra ou a favor, quer é confusão.

Deu nota que no documento/resumo das propostas de alteração de 18 de janeiro de 2022, o GMPS sugeriu o seguinte, e citou: "... o tempo de discussão seja de sessenta, trinta ou quinze, poderá ter um tempo base, mas o restante deverá ser distribuído proporcionalmente à representatividade do Grupo Municipal; 2 - O tempo de intervenção da Câmara Municipal não deverá estar incluído nos tempos previamente estipulados, podendo corresponder ao mesmo tempo do Grupo Municipal com mais votos ...". Disse que em junho de 2022 refere por um lado que, e citou: "... que o artigo 27.º ponto 1 - O Regimento não está a ser explícito sobre o tempo distribuído pelos Grupos Municipais. Este ponto refere que o tempo global do período antes da ordem do dia é alvo de apreciação obrigatória pela Conferência de Líderes."

Deu também nota que sobre a alínea a) do mesmo número, foi retirado: três minutos para cada grupo, e a b) que dizia que o restante tempo era



distribuído proporcionalmente “ipsis verbis”, que a proposta do PS de janeiro refere o seguinte, e citou: “A alínea a) tem implícito a continuidade das grelhas anteriores.”

Referiu que relativamente ao artigo 28.º que regula o período da ordem do dia, a mesma coisa, e citou: “... a questão dos tempos mantém-se pouco explícita, induzindo que as mesmas tabelas iniciais continuem de forma implícita...”.

Organizem-se, referiu, tendo questionado o que é que o GMPS pretendia: pouco explícito, sem grelhas ou implícita com grelhas?

Salientou que mesmo quando o Sr. Presidente da AM interpelou para se esclarecerem, esse esclarecimento nunca chegou.

Disse que uma outra divergência recente é o tempo destinado à Câmara Municipal para respostas a pedido de esclarecimentos: antes, em janeiro, sugeriam, e citou: “... que o tempo de intervenção da Câmara Municipal não deverá estar incluído nos tempos previamente estipulados, podendo corresponder no mesmo tempo do Grupo Municipal com mais votos ...” (o que está contemplado nesta proposta do Regimento que agora sugerem) “... o tempo destinado à Câmara Municipal é insuficiente e defendemos que a Câmara Municipal tenha direito a 50% da totalidade do tempo dos membros da Assembleia Municipal ...”. Referiu que lhes parece ser abusivo a Câmara Municipal ter 50% da totalidade do tempo dos membros da Assembleia Municipal, estando certo que o Sr. Presidente da AM nunca irá cortar a palavra do Sr. Presidente da Câmara por este ter ficado sem tempo.

Em suma, disse, reiterava o que disse no início: querem fazer disto um facto político e, na falta de argumentos, apresentam contradições, dúvidas e falta de esclarecimentos que não existem, sendo que cada membro é naturalmente livre de votar como entender, mas se decidirem chumbar um Regimento que, entre outras coisas, vai agilizar o funcionamento da AM; permitir ao público intervir sem prévia inscrição nos dois momentos a ele destinados; aproximar os cidadãos da AM passando a transmitir online

todas as reuniões; criar igualdade a todas as forças políticas representadas na AM, permitindo que o UCPT crie o seu Grupo Municipal.

Realçou que se o GMPS chumbar o Regimento, que assuma que o faz por estratégia política, porque querem um caso político, não querem paz, nem tão pouco se interessam pelos interesses do Município, e não por considerarem que este é um mau Regimento ou que o processo foi mal conduzido.

Reiterou que o processo foi conduzido de forma superior e o Regimento incorpora todas as vontades maioritárias.

Concluiu que o que realmente preocupa o GMPSD e também deveria preocupar os membros da AM é o desenvolvimento e crescimento de Castelo do Paiva.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que têm uma segunda fase deste novo Regimento, tendo referido que começaram com a primeira reunião de Conferência de Líderes em que foi representado pelo membro Fátima Strecht (GMPS), na qual o Sr. Presidente da AM se comprometeu a enviar, e cumpriu, uma redação inicial, que depois seria objeto de envio de contributos de cada Grupo Municipal, tendo alguns sido considerados, outros nem tanto, com base legal, e outros foram colocados a votação.

Relembra que numa das reuniões de Conferência de Líderes houve uma proposta, salvo erro, do artigo 26.º, número 8, em que um membro de um grupo independente que propunha que o número de assinaturas para uma petição a discutir neste órgão fosse de apenas trinta. Disse que a proposta inicial era de trezentas, salvo erro, tendo-se chegado a um consenso para um ponto intermédio, e que esse consenso, além de ser sugerido por outro independente, foi posto à votação, pelo que no entender do GMPS, principalmente, quando se governa em minoria, devem-se criar pontes e não construir muros.

Deu nota que quando questionaram a Mesa sobre os pontos divergentes que são notórios, designadamente a questão dos tempos, sejam eles na primeira

versão 1.0. que chegou à AM, em uma grelha explícita, objetiva, que colocava, por exemplo, no período antes da ordem do dia sessenta minutos divididos proporcionalmente pelos Grupos Municipais aqui representados, e que a Câmara Municipal teria dentro desses sessenta minutos o mesmo tempo que o partido mais votado, a proposta do GMPS nem vai no intuito dos grupos independentes que é o da não existência de tempos, nem vai na existência daquele tempo tão limitador. Disse que colocaram uma proposta mais abrangente que fica uma situação intermédia: o tempo base pode efetivamente ser sessenta minutos, mas não contempla a participação da Câmara Municipal, podendo esta ter intervenção num período igual ao do grupo mais votado ou, até, numa percentagem de tempo do global atribuído à Assembleia Municipal.

Salientou que este é um dos exemplos enviados pelo Sr. Presidente da AM, a ideia não é do GMPS, sendo isso que defendem e estando ai a principal divergência: olham para esta versão 2.0. do Regimento e as grelhas, implicitamente, estão no documento. Disse que quando questionou a Mesa sobre qual seria o método de distribuição dos tempos da Conferência de Líderes num e-mail trocado esta semana, a resposta do Sr. Presidente da AM a essa pergunta concreta foi zero: respondeu a outras questões, é um fato; teve atenção a alguns contributos dos Grupo Municipais, mas não sobre este processo.

Concluiu, referindo que alertaram o Sr. Presidente da AM que as grelhas da discórdia estão implícitas, e que dessa forma não contaria com o GMPS para a aprovação deste Regimento.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para fazer referência ao elogio que lhe foi feito pelo membro Jorge Quintas (GMMPM), porque nos doze anos que cá esteve foram poucos os que tiveram a coragem de a elogiar, tendo agradecido a referência que aquele membro lhe fez.

Sobre o Regimento, referiu que um assunto importante como este não devia ser discutido à 1:10h da manhã, depois de uma AM que foi longa. Disse que o Regimento foi sempre um tema problemático, ou porque foi criado

*Assunção
F. J. P.
Vitor*

por um grupo que fez um trabalho que não foi aceite pelo Presidente da AM, ou porque na última versão do Regimento que foi aprovada a 28 de setembro de 2018, os próprios membros do partido que suportavam o Presidente da AM não concordavam com a forma como ele fez o Regimento (inclusive, algumas dessas pessoas abstiveram-se na votação do Regimento), pelo que o Regimento é sempre uma coisa complexa de se discutir e aprovar, quando devia ser uma coisa simples que devia facilitar o funcionamento da AM e, sobretudo, que devia privilegiar a participação dos municíipes que estiveram hoje à espera até a meia noite para poderem falar; que continuam a ter que se inscrever; que continuam a ter de dizer ao que vêm para poderem levar uma resposta: não querem que o munícipe tenha que se inscrever e dizer ao que vem.

Referiu que todos estiveram tão preocupados em defender o membro Paulo Teixeira e o UCPT, sendo que antigamente a postura em relação a ele era diferente, ou seja, a defesa não era nenhuma. Referiu que o novo Regimento vai possibilitar ao membro Paulo Teixeira (UCPT) ter um Grupo Municipal, ter a mesma aceitação que os outros e, por isso, estranha essas reações, nomeadamente, quando falam da questão do membro Paulo Teixeira e do UCPT, esquecendo tudo o que disseram.

Defendeu que o Sr. Presidente da AM teve uma postura de transparência, fez as alterações que os membros solicitaram, pelo que acha que não há nenhum motivo para não aprovarem este Regimento, que pode continuar a ser trabalhado, mas que é essencial para o funcionamento da AM e para os municíipes poderem explanar as suas questões. Disse que se quiserem manter o Regimento anterior este terá de ser cumprido, porque não podem querer não aprovar o Regimento novo e depois não quererem cumprir o regimento anterior, pelo que se a proposta for colocada à votação o seu voto será favorável.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que relativamente a um suposto mal entendido, que no primeiro e no segundo e-mail de há três dias atrás não ficaram dúvidas nenhuma, ou seja, o PS tinha dúvidas

relativamente ao artigo 28.º e 27.º, n.º 1, alíneas a) e b) que existiam à época, em que a alínea a), n.º 1, antes desta última versão, dizia que cada Grupo Municipal e membros independentes tinham, por exemplo, na ordem do dia, porque é exatamente a mesma coisa para o período da ordem do dia, três minutos. Disse que os membros independentes não são os membros que concorreram pelos grupos de cidadãos, são os membros que, por exemplo, queiram deixar de fazer parte do GMPSD, e não pessoas que concorreram por grupos de cidadãos, sendo que a alínea b) dizia que o restante do tempo era distribuído proporcionalmente.

Deu nota que daquilo que entendeu do que foi o levantamento das questões do PS era que, por um lado, as grelhas estavam implícitas ao propor os três minutos de base mais a distribuição proporcional, o que é completamente correto. Aliás, disse, a grelha era sempre um anexo para que pudessem perceber exatamente aquilo que estava implícito na alínea a) e b), que era um tempo base, e o resto era a distribuição proporcional do tempo base para favorecer os partidos mais pequenos que, naturalmente, se não fosse proporcional teriam ainda menos tempo, e a distribuição proporcional para dar uma equidade entre aquilo que era a votação resultante das eleições e o tempo que teriam disponível para responder.

Salientou que tiradas essas duas alíneas, uma delas em que o PS tinha dúvidas, a resposta está dada, ou seja, as grelhas deixaram de estar implícitas porque foi retirada a proporcionalidade e o tempo de base; deixou de estar explícito o tempo, porque também foi tirada a alínea do ponto três e, depois, na redação final ficou que o tempo global para o período antes da ordem do dia é determinado no n.º 1 do artigo 21.º, que diz que são sessenta minutos e é alvo de apreciação obrigatória na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, até agora chamada Conferência de Líderes, que determina a existência da prorrogação do tempo, ou seja, numa assembleia, por exemplo, em que só haja dois pontos, podem deliberar numa dessas reuniões que em vez de terem sessenta minutos de período antes da ordem do dia podem ter duas horas ou três, aquelas que a

maioria determinar e a sua distribuição pelos Grupos Municipais e independentes.

Enfatizou que o que estão dizer é que a maioria, em cada sessão, é que vai decidir quanto tempo, não havendo nenhuma regra estabelecida, dai desaparecerem as grelhas, pelo que acha que foram completamente respondidas as questões que foram formuladas (não teve nenhuma resposta em relação ao ter reiterado que tinha dado todas as explicações).

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que não lhe satisfazem as respostas orais que foram dadas pelo Sr. Presidente da AM, mas sim que haja um compromisso escrito de qual é o método de distribuição dos tempos na Conferência de Líderes, porque isso não está a ser claro e, nesse sentido, não se sentem confortáveis em viabilizar este Regimento havendo este ponto de discordância.

O Sr. Presidente da AM usou novamente a palavra para dizer que cada um tem o direito de votar como quer mas que isso é uma clara incoerência, porque acabaram de estabelecer e está nesta proposta de Regimento, que em cada Comissão Permanente de Apoio à Mesa, que reúne obrigatoriamente antes de cada sessão, os tempos dedicados a cada ponto e a repartição desses tempos é definido por maioria, ou seja, podem chegar ao ponto de dizer que não há distribuição nenhuma se a maioria assim o disser, pelo que não há absolutamente nenhuma grelha implícita.

Salientou que o que o membro Manuel Mendes (GMPS) estava a sugerir era que de facto houvesse uma grelha, porque se a Mesa puser algum critério a seguir transforma-o numa tabela, o que era exatamente o que estava antes. Disse que a grelha foi feita para que aquilo que estava no texto fosse mais entendível, porque o texto dizia exatamente o que estava na grelha - um tempo base mais uma distribuição proporcional - e agora acha que não há essa distribuição proporcional, ou seja, irá ser uma distribuição igualitária, implicitamente.

Deliberação: Apreciada e rejeitada por maioria com 16 votos contra (GMPS, GMMPM e UCPT) e 11 votos a favor (GMPSD).



O membro Jorge Quintas (GMMPM) proferiu, em nome do GMMPM, a seguinte declaração de voto:

“ - Nós, o GMMPM, a nossa votação deste Regimento foi no sentido da reprovação, porque desde o início que defendemos a não imposição dos tempos, e o Sr. Presidente que nos desculpe, isto não pode ser um Regimento “a la carte”, não era nas reuniões de líderes a gente decidir como é que se ia utilizar o tempo: o Regimento aqui tem que ser muito conciso e muito concreto.

Portanto, faço a declaração de voto no sentido da resposta que dei ao Sr. Presidente: “Depois de analisarmos a vossa proposta de Regimento, verificamos que os pontos em que nós, MPM, discordamos profundamente se mantêm.

Verificamos que o esquema das grelhas para o uso da palavra, embora tenha sido suprimido, o seu conteúdo mantém-se por extenso.

Desde o início que somos contra a limitação, a nosso ver antidemocrática, que querem impor para uso da palavra dos deputados municipais e do executivo camarário.

Enquanto esta questão se mantiver nunca terá a nossa anuência.”

Não podia ser mais sincero e mais coerente com aquilo que digo desde o início, repito, não podia ser mais sincero e coerente com aquilo que nós repetimos: desde o início a minha posição foi sempre esta.

E agora também explico o porquê da minha posição: não sei porque é que a Câmara, quando questionada, como o exemplo de hoje, se o Regimento estivesse em vigor o Sr. Presidente da Câmara, que não tem medo de responder às questões que lhes são colocadas, não teria utilizado o tempo que utilizou no uso da palavra.

Portanto, mas nós, como responsáveis, o MPM compromete-se a entregar uma solução na próxima reunião para resolver o problema do Regimento.”

O membro Vanessa Pereira proferiu, em nome do GMPSD, a seguinte declaração de voto:

Fls. 129

“ – O meu voto foi favorável a este novo Regimento por ter assistido às discussões dos anteriores Regimentos e das anteriores Assembleias Municipais.

Entendo que este era o Regimento melhor.

A minoria tem que criar pontes, mas afinal é a maioria que queremos.

Na discussão do Regimento o grande problema eram as grelhas: foram retiradas as grelhas e o Regimento é chumbado na mesma.

O que nós temos é a manutenção de um Regimento que obrigará o público a inscrever-se a dizer ao que vem com dois dias de antecedência.

O que nós temos é a manutenção de um Regimento que foi votado anteriormente em 2018 e nem teve a concordância de todos os membros.

O que nós temos é um Regimento que, afinal de contas, não permitirá ao UCPT ser um Grupo Municipal.

E o que nós temos é um Regimento que a bem da democracia limita e muito os municípios.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia ter outra postura a não ser votar a favor, deixando também a nota que em nada será beliscada, e o Sr. Presidente não precisa que eu faça isso, mas em nada será beliscada a imagem do Sr. Presidente, que teve uma postura correta, transparente e que servirá de exemplo: para tal, basta ler o que se passou nas Assembleias anteriores.”

O membro Manuel Mendes proferiu, em nome do GMPS, a seguinte declaraçāc de voto:

“ – O nosso sentido do voto foi desfavorável à aprovação deste Regimento, porque a sua discussão não foi amplamente debatida em Conferência de Líderes.

Nos pontos discordantes os Grupos Municipais não foram considerados para votar em todos os pontos discordantes, como num determinado ponto que isso aconteceu, o que torna, na nossa perspetiva, incoerente a forma de gestão do diálogo nesta matéria



E depois, chegados aqui a esta versão 2.0. deste Regimento, remete para uma subjetividade da Conferência de Líderes, e essa subjetividade do regulamento não pode ser tido em consideração. Os regulamentos existem não para serem subjetivos, mas para serem objetivos.

Nunca nos opusemos à existência de umas grelhas, apenas nos opusemos à existência daquelas que inicialmente se propôs”.

7.2. Votação da Proposta de Regulamento de Transmissão em Direto das Reuniões da AM.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que este ponto fica prejudicado pelo ponto 7.1., pelo que é retirado.

O membro Silvia Cruz (GMMPM) ausentou-se da sessão.

8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

8.1. Ponto de situação dos trabalhos do GT “Testamento do Conde de Castelo de Paiva”.

O 1.º Secretário da Mesa da AM, Pedro Maldonado (GMPSD), usou da palavra na qualidade do Coordenador do Grupo de Trabalho “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, para dizer que na sequência de uma deliberação tomada numa reunião ocorrida em maio e de outra reunião realizada na passada semana, foi deliberado pelo Grupo de Trabalho (GT) fazer uma enumeração daquilo que tinham sido as diligências levadas a cabo até este momento desde que o GT foi criado.

Nesse sentido, disse, assumiram na reunião da passada semana, que tendo a consciência, dada a proximidade entre a data da realização da anterior reunião e esta AM, que o documento que iriam trazer chegaria tarde.

Deu nota, como também já foi feito no anterior GT, da disponibilidade do Dr. André Pimenta que, após a reunião realizada na passada semana e apesar da existência de um feriado, teve o cuidado, conforme lhe tinha sido solicitado, de elaborar esse documento.

Informou que o documento foi objeto de sugestões por parte de dois deputados membros do GT, que foi por si solicitada a respetiva inserção no texto final para trazer para conhecimento dos membros da AM.

Naturalmente, disse, todos constataram que tratando-se de um “Excel”, na impressão que ocorreu no início desta reunião aconteceu que o documento ficou com um tamanho da letra extremamente reduzido, o que lamentou. Realçou que de qualquer das maneiras, está ao alcance dos membros da AM a enumeração que o GT entendeu trazer daquilo que foi a sua atividade nas oito reuniões realizadas.

Solicitou aos membros da AM que fizessem um esforço da leitura do documento, que contém de uma forma resumida literalmente aquilo que o GT fez em consequência do que foi a metodologia definida para o seu funcionamento.

Concluiu, colocando-se à disposição dos membros da AM para as questões que entendam colocar, sendo que também poderão acrescentar algo que tiverem por conveniente.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para agradecer a intervenção do Coordenador do GT em relação a uma situação que ele próprio referiu que é a elencagem de tudo aquilo que foi feito até à passada quarta-feira, que iria ser a base de um documento, pensava ele, de leitura nesta AM.

Informou que foram pedidos contributos, tendo o Coordenador do GT respondido por e-mail que todos os seus contributos foram aceites e incluídos neste documento que chegou à sua posse ao final da manhã de hoje.

Deu nota que há situações que não estão registadas no seguimento dos seus contributos, nomeadamente, a questão dos e-mails e aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse na última reunião na passada quarta-feira, e que acabou por dizer nesta AM na resposta dada no período antes da ordem do dia.

Deu também nota que entre a primeira versão do documento e aquela que lhes chegou hoje, está lá matéria extensa que diz respeito às visitas que o GT fez à Casa da Boavista, reuniões de trabalho, cujas atas ainda não lhes foram presentes, nem foram aprovadas, pelo que essa matéria não deveria



estar ali explanada, porque há ali muitas imprecisões, como por exemplo, quando se refere que uma houve uma proposta de um munícipe Paivense para comprar o usufruto da Quinta de Gondim por 22.000,00€, e do Monte da Borracheira por 8.000,00€, que o usufruto não é da Quinta da Boavista, pois no documento está escrito que é da Quinta de Gondim.

Resumindo, disse, não constando no documento grande parte das sugestões que fez, expressava nesta AM o seu profundo descontentamento com o que se passou nos dias 13 e 26 de maio em sede de reunião da Câmara, em que foram ocultados aos membros do GT e-mails que chegaram ao Município, e que só no dia 14 de junho é que o Sr. Presidente da Câmara lhes fez chegar. Referiu que espera que isso não se repita, e daí o Sr. Presidente da Câmara ter dito que houve um erro da parte dele.

Salientou que o trabalho já desenvolvido pelo GT foi, no essencial, de levantamento e informativo. Disse que entraram agora numa fase de conclusão, na qual será possível apresentar soluções e propostas para garantir a desejada utilização pública daquele património, que é de todos nós, pelo que o seu compromisso perante a AM, no dia de hoje, e como membro do GT, é o de colaborar de imediato na elaboração de uma proposta de solução célere que seja abraçada por grande parte dos restantes membros do GT e pela maioria dos Paivenses.

Recordava, disse, que vários membros do GT já fizeram sugestões que foi tomando nota ao longo dessas sessões, e têm a próxima reunião do GT já agendada para o dia 7 de julho, esperando até lá poder apresentar uma proposta aos membros do GT que já está em fase final de elaboração, para que se possa na próxima AM dar por concluído o trabalho do GT, porque podem estar a entrar numa espiral que não os leva a resultado nenhum: têm fundos comunitários à porta, têm decisões que precisam de propor à Câmara Municipal face àquilo que já discutiram internamente, para que o ano de 2023 seja um ano diferente na Quinta e na Casa da Boavista.

O Coordenador do GT, Pedro Maldonado (GMPSD), interveio novamente para confirmar que foram introduzidas um conjunto de circunstâncias por



Fls. 131

pedido de um dos membros do GT, isto é, que no que tange às reuniões que mantiveram com os usufrutuários foi referido, e bem, que daquilo que de essencial se tinha passado, a redação originária do texto apenas fazia referência à reunião. Disse que aquilo que pediu ao Dr. André Pimenta com conhecimento dos membros do GT, foi que fossem introduzidas as sugestões, até por ausência de reparo por parte de quem quer que fosse às sugestões dos membros do grupo.

Deu nota que aquilo que provavelmente o Dr. André Pimenta fez, foi ir aos apontamentos que tem das duas reuniões e transcreveu aquilo que efetivamente acabou por transcrever.

Sobre a questão das atas, disse que é um fato que não tem sido possível por excesso de trabalho do Dr. André Pimenta elaborar as atas, algo que já discutiram no interior do GT.

Defendeu que é sua convicção que as sugestões que os membros deram, nomeadamente, a circunstância do Sr. Presidente da Câmara ir dar uma explicação, que deu há pouco, também foi contemplada no documento. Referiu que se os membros da AM entenderem que se justifica a leitura terá todo o gosto em ler o texto na totalidade, mas a ideia era facultar uma enumeração das diligências levadas a cabo até agora pelo GT.

O membro Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para dizer que pensava que o GT, de vez em quando, desse conta de como os trabalhos estavam a decorrer.

Salientou que acha interessante que agora o membro Paulo Teixeira (UCPT) diga que já vai apresentar uma solução na próxima sessão da AM. Referiu que os membros da AM não conseguiram ler o documento, mas é do GT para o GT, pelo que ficaram sem perceber se chegaram a alguma conclusão ao fim de todas estas reuniões, porque os membros do GT estão a dialogar uns com os outros (sente-se uma destituída).

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que lamentava que um assunto desta importância tenha sido agendado para o último lugar da ordem de trabalhos.



Referiu que compreendia as questões que foram levantadas pelo membro Giselda Neves (GMPS): estão aqui a analisar e não leem o documento, questionou? Disse que na sua opinião pessoal aquilo que resulta de mais importante da resenha que foi feita não foi filtrado pela comissão, porque não é mais nem menos do que a interpretação pessoal e subjetiva do Sr. Secretário da comissão, sem ter sido concedida a oportunidade para os membros da comissão se debruçarem sobre o teor desse documento.

Reiterou que o documento foi redigido pelo Sr. secretário e pode provar que os e-mails que o Sr. Coordenador lhes enviou foram no sentido de enviar o que foi elaborado pelo Dr. André Pimenta, sendo que, posteriormente, foi dada a oportunidade aos membros do GT de fazerem aditamentos e sugestões, o que foi feito, tendo o Sr. Coordenador decidido que fossem integradas na versão inicial.

Realçou que aquilo que esperava, porque foi o relator do anterior relatório, era que fosse apresentado um documento que fosse lido e entendido pelas pessoas, mas o modo como foi apresentado não foi o mais adequado.

Deu nota que o anterior GT tomou posse em 30 de Abril de 2021, teve uma duração de 91 dias e realizou sete reuniões (cinco nas instalações do município e duas em deslocações à propriedade), e já nessa altura se recomendava a visita aos prédios não vistos, o que fizeram posteriormente, e a reanálise e levantamento topográfico aos 30.000m² da tal venda da Filipa, na propriedade da Quinta da Torre, Tráz da Cozinha e Monte de Cima, e ainda o levantamento topográfico nos outros prédios.

Deu também nota que esta comissão tomou posse em 9 de dezembro de 2021, estão em funções há 195 dias, mais de 100 dias do que a anterior e, comparativamente, o que de mais importante aconteceu, na sua opinião, foram as visitas à Casa da Boavista com a possibilidade de ouvirem e de se fazerem ouvir pelos usufrutuários.

Salientou que há coisas que correram mal: relativamente ao levantamento topográfico, já lá vão 327 dias desde que a AM aprovou isto, sendo que o despacho do Sr. Presidente da Câmara no sentido de se avançar com o

André
Vas
132



Fls. 132

levantamento foi feito no dia 12 de maio de 2022. Disse que isto é importante porque mostra se estão, ou não, interessados em avançar com o processo, porque se estão interessados o levantamento já devia estar feito, tendo agora os serviços municipais informado que só daqui a dois ou três meses, na melhor das hipóteses, é que vão avançar com o levantamento, pelo que foi proposto pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), e acordado pelos membros do GT, recomendar à Câmara Municipal que contratasse uma empresa externa credenciada para fazer o levantamento topográfico; relativamente à questão das atas, a ultima que foi aprovada foi a de 9 de fevereiro e faltam cinco atas, o que também não é bom, porque faltam as duas atas mais importantes relativas às deslocações à Casa da Boavista. Disse que é muito fácil apontar o dedo ao Dr. André Pimenta, mas não é assim, porque as funções do Dr. André Pimenta são a de secretariar a Assembleia Municipal; secretariar a Câmara Municipal; secretariar as reuniões da Mesa da AM; secretariar as reuniões da Conferência de Líderes; secretariar as reuniões do GT e ainda dar apoio técnico à Vereadora Liliana Vieira, tendo questionado se a pessoa em causa tem capacidade de resposta e prontidão para as coisas: alguma coisa tem de correr mal; a sua divergência em relação ao Sr. Coordenador do GT no que respeita às suas funções. Disse que o Sr. Coordenador se chegou a considerar um “mestre-de-cerimónias”, algo com que não concorda, porque o Coordenador do GT tem de ser o presidente da comissão, tem que dar um impulso às coisas, tem que defender a comissão mesmo que seja perante o Presidente da Câmara, mas que não é esse o entendimento do Sr. Coordenador, já que chega ao ponto de dizer que não gere a correspondência eletrónica do GT; não elaborou o relatório, algo com que também não concorda porque é um documento político.

Referiu que também não pode concordar que o Sr. Coordenador não seja capaz de convocar uma reunião extraordinária e solicite a um membro do GT que dê o impulso para o efeito, pelo que acha que é importante definir as funções efetivas que devem ser desempenhadas pelo Coordenador.

Informou que foi devido à negligência do GT que não se gravou a importante conversa que tiveram com o Dr. Bernardo Alegria (permitiu que fosse feita a gravação), ao contrário da outra usufrutuária, a Dra. Brites Maria, que pela voz do seu advogado não aceitou que a gravação da conversa foi feita.

Defendeu que correu muito mal relação entre o Sr. Presidente da Câmara e o munícipe, e aquilo que daí decorre, nomeadamente, a questão de trocas de e-mails e seu conteúdo. Disse que o Sr. Presidente da Câmara assumiu as suas responsabilidades, mas isso que sirva de exemplo, sendo que é evidente que se o Sr. Presidente da Câmara tivesse efetivamente mandatado e fosse o seu entendimento de que era esse terceiro que deveria encetar as diligências, ele (Rocha Pereira) já não estava aqui.

Salientou que não ficou totalmente esclarecido sobre essa matéria.

Deu nota que outra questão que não correu bem é a questão da documentação, ou seja, que há documentos que se reportam ao GT e que vão cair ao e-mail do Sr. Presidente da Câmara dos quais nada sabem, e sem que o Sr. Coordenador nada faça para reajustar a situação. Disse que na última reunião do GT foi efetivamente reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara que no reenvio dos e-mails do Dr. Bernardo Alegria não lhes foi enviado um anexo que, apesar de o Sr. Presidente da Câmara ter dado ordem ao Dr. André Pimenta para o fazer, ainda não o recebeu (Dr. André Pimenta trouxe dois exemplares que foram entregues ao membro Paulo Teixeira (UCPT) e ao Sr. Presidente da Câmara).

Deu também nota que em fevereiro ou março sugeriu, face ao conhecimento que tiveram de uma ação cível, que a Câmara Municipal não era parte no processo, nele interviesse e nas demais. Disse que na última reunião foi perguntado ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente a que escritórios de advogados ou que advogado tinha sido constituído, tendo aquele respondido que o processo estava em análise por parte de algum jurista, mas que recusou dizer quem era.

André Pimenta
AP



Fls. 133

Referiu que aqui chegados a função do GT é sugerir, recomendar à Câmara Municipal, não passa disso, mas que o GT também não pode funcionar como almofada para que isto não ande e que o ônus sobre esta situação recaia em cima da AM.

Informou que há várias coisas que foram feitas: o património que consta no testamento está identificado; ouviram os(as) usufrutuários(as), havendo recetividade, cada um com a sua nuance, para o diálogo, tendo uma delas dito que queria vender (foi essa a sua conclusão), e que relativamente ao outro a coisa é diferente, sendo que concluíram que não havia ali nenhuma porta fechada relativamente a um diálogo num futuro próximo. Disse que de básico faltam os levantamentos topográficos.

Realçou que não vai ser o GT a “descobrir a pólvora” no que respeita às conclusões, pelo que pensa que é tempo de colocarem esta discussão no órgão da autarquia que tem competência para decidir, porque se a Câmara Municipal quiser começar a trabalhar já tem muito por onde.

Referiu-se a um loteamento que foi aprovado, foram ao local e identificaram-no, mas entretanto, é reconhecido pelo titular do mesmo que, indevidamente, mexeu num prédio urbano que não é dele, pelo que é possível começar já a clarificar essas coisas.

Concluiu, referindo que há coisas a ponderar, sobretudo que levem o assunto ao órgão próprio que é a Câmara Municipal e, entretanto, o GT pode e deve aperfeiçoar as coisas, porque os membros da AM merecem mais respeito.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que pensa que algumas questões ficaram esclarecidas no seio do GT.

Em relação ao anexo, esclareceu que todos podem reparar que o documento consta da página que foi impressa, e que quando dele se falou por alerta do membro Paulo Teixeira (UCPT), a primeira coisa que questionou foi qual era o documento que faltava e, tendo-se constatado qual era, o Dr. André Pimenta foi tirar cópias que prontamente entregou, uma delas, ao membro Rocha Pereira (GMPS), pelo que aquele não pode dizer que não tem cópia.



Salientou que o documento foi prontamente disponibilizado a todos os membros do GT e foi anexado ao dossier do grupo, porque havia a dúvida se o tal contrato já fazia parte ou não do processo.

Sobre o e-mail, referiu que achava que tinha ficado bem claro que quando leu o e-mail enviado pelo Dr. Bernardo Alegria ao munícipe, e citou: "... informo que participei oportunamente esta situação à Câmara Municipal e ao GT, a quem dou mais uma vez através deste e-mail ao Sr. Presidente da Câmara e aos membros do referido grupo de trabalho...". Disse que quando leu isto depreendeu que foi enviado para si, para o Dr. André Pimenta e para todos os membros do GT (acha que está muito claro).

Relativamente ao gabinete jurídico, disse que não se recorda de se ter recusado a informar qual era o gabinete que está a analisar os documentos e a acompanhar o processo, mas para isso, e para não entrarem em pormenores, existe a gravação do que se passou na reunião do GT, pelo que se assim o entenderem pode-se ouvir o que se passou na totalidade das 2:30h da reunião e, se houver algum lapso da sua parte e se tenha efetivamente recusado, fica toda a gente esclarecida.

Quanto à questão do levantamento topográfico, confirmou que o Município dispõe de um único topógrafo, lembrando que a Câmara Municipal está a desenvolver a "E.L.H. - Estratégia Local de Habitação" que obriga a que estejam a ser feitos vários levantamentos topográficos para posterior avaliação por parte do perito-avaliador.

Informou que quanto à proposta que foi feita, disse que reconhece a importância desses levantamentos até para memória futura, pelo que prontamente, e tendo noção do valor avultado que corresponderá a um levantamento de todo o património do Conde, deu nota quer ia consultar o mercado, tendo, inclusivamente um membro do GT dito que o ideal era que fosse um topógrafo ou uma entidade certificada, sugestão com a qual concordou. Reiterou que vai fazer uma consulta ao mercado para a realização desses levantamentos com um topógrafo certificado.

Fls. 134

Sobre o que se passou com o munícipe, reiterou que errou, porque quando o munícipe disse na reunião de Câmara, ao ler o e-mail que enviou para o Dr. Bernardo Alegria, que tinha sido mandatado para uma comissão, deveria ter dito prontamente que não havia qualquer tipo de mandato do Presidente da Câmara para essa comissão e, se calhar, metade da alguma confusão que se gerou teria sido ultrapassada.

Salientou, conforme disse o membro Rocha Pereira (GMPS), o executivo municipal, também com base na informação que for recolhida pelo GT, é quem tem a obrigação de promover as diligências necessárias para se tentar resolver a situação da Quinta da Boavista.

Concluiu, referindo que o que mais os preocupa é a preservação do património que ainda houver para preservar, que ano após ano se vai degradando, pelo que há que encontrar uma solução o mais rapidamente possível.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que estava um pouco confuso: faz parte do GT e foi o primeiro a apresentar uma proposta no sentido de colmatar a situação degradante em que se encontra a Casa da Boavista, que passava por um destaque e, eventualmente, vender-se essa parcela. Disse que a dado momento lhe disseram que o GT não é para fazer propostas, isso é um problema da Câmara Municipal, o GT vai ouvir, vai recolher documentação, pelo que ao ouvir as intervenções de hoje fica sem saber o que é que ele e o membro João Vieira (GMMPPM) andam aqui a fazer, porque o intuito, na sua perspetiva, enquanto representante do GMPSD, é o de resolver um problema que já se arrasta há demasiado tempo.

Lembrou que não foram eles que em 2016 trouxeram cá uma determinada pessoa a dizer que ia resolver este problema, e o que é um fato é que não têm coisa nenhuma resolvida, muito pelo contrário, o problema agravou-se. Informou que o que ficou estabelecido é que seria o Sr. Coordenador a prestar todos esclarecimentos que fossem solicitados ao GT, pelo que não



quer sobrepor-se ao seu Coordenador (não pode dizer uma coisa no GT e fazer outra).

Relativamente ao Dr. André Pimenta, disse que foi fortemente visado e o único que saiu de imediato em sua defesa relativamente aos e-mails que o dito trabalhador rececionou e que não reencaminhou, foi ele, porque o Dr. André Pimenta receciona uns e-mails de um munícipe, e há uma lei relativa à proteção de dados que tem de ser cumprida. Disse que ele (Carlos Trindade) não tem de ter acesso ao e-mail do município, daí o Dr. André Pimenta não ter de lhe reencaminhar: não podem fazer tábula rasa da lei, ultrapassar a lei, reivindicar seja o que for e visar um funcionário que se desdobra a todos os níveis para fazer o trabalho para o qual foi nomeado. Em relação às atas, disse que não estão elaboradas, é um facto, mas não se podem esquecer que existem minutas de atas que têm validade, todas as deliberações tomadas pelo GT são válidas e eficazes.

Referiu que não considera que as diligências que encetaram, nomeadamente, de ouvir os usufrutuários, as idas à Casa da Boavista e a determinados locais, devam ser dadas como tempo perdido, muito pelo contrário, têm uma percepção de como é que está o espólio. Disse que quando entrou na Casa da Boavista ficou extremamente desiludido com o que viu, foi um choque, porque é extremamente triste ver um espólio daquela natureza que poderia ser uma mais-valia para o nosso concelho naquele estado, é quase não ter nada, sendo que a própria casa e a capela estão a ficar em ruínas.

Realçou que considera que o GT deve, eventualmente, apresentar as propostas que acharem que são pertinentes e adequadas e, aí sim, será o executivo municipal a decidir qual delas é que serve melhor os interesses do Município.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que se questionava como é que é foi possível reencaminhar o e-mail sem o anexo e, imprimindo-se o dito anexo, sendo o GT constituído por seis elementos,

só se imprimem dois exemplares do documento, e depois há um compromisso de envio e esse envio, até a data, ainda não aconteceu.

Perguntou o que é que tem esse anexo; qual é o seu conteúdo; é ou não do interesse do GT, deste órgão e do Município que tenham conhecimento desse anexo; há necessidade ou não de se omitir a existência de um anexo? Perguntou também qual é o escritório de advogados?

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que se estava confuso, mais confuso ficou.

Deu nota que o membro do GMMPM no GT tem-lhes feito o ponto de situação, confiam nele, pelo que o que ele entender por bem para o MPM também está certo, mas perante as explicações do Sr. Coordenador, e perante o que disse o membro Rocha Pereira (GMPS) e o membro Carlos Trindade (GMPSD), que também parece que deixou de perceber o que é o GT, só queria perguntar ao Sr. Coordenador se este grupo tem condições para continuar a fazer o trabalho. Disse que fica sem perceber qual é o real interesse do GT que chegou até este ponto de e-mails que nos são enviados, há anexos que não se sabem.

Referiu que o membro João Vieira (GMMPM) enquanto representante do MPM no GT não teve conhecimento desse anexo, não lhe foi entregue, pelo que questionava novamente se há condições para o GT continuar.

O membro Rocha Pereira (GMPS) interveio novamente para dizer que foi referido, e é verdade, que o Coordenador do GT é o porta-voz, mas não disseram tudo. Disse que na altura em que essa matéria foi objeto de discussão, recordar-se-á o Sr. Coordenador e os demais colegas que referiu que não prescindia dos seus direitos de, se entendesse, dizer o que achava sobre esta matéria, tendo inclusive chegado a levar uma declaração de voto para fazer constar da ata, pelo que não está a violar o que quer que seja.

Deu nota que não percebeu a sugestão do membro Carlos Trindade (GMPSD) relativa à venda da parcela, porque sendo a Câmara Municipal apenas a titular da raiz, questionou como é que lhe é possível vender e “meter o dinheiro ao bolso”?

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que se o GT se mantiver e chegar ao ponto de exarar as suas conclusões finais e definitivas, toda a gente sabe o que é que vai dizer, pelo que só vê duas possíveis saídas para isto: a via negocial que, não resultando, têm as vias judiciais.

Salientou que jamais aporia a sua assinatura em, eles, GT, estarem a recomendar especificamente à Câmara Municipal qual é via que deve seguir, porque, por exemplo, no seio do grupo já se falou que a solução pode passar por uma Fundação. Disse que a Câmara Municipal depois é que vai ter no âmbito dos seus poderes normais de negociação de encarar os vários cenários que eventualmente se coloquem em cima da mesa.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para dizer que desde 2010 o Município tem uma proposta para constituir uma Fundação, algo de que deu nota quando o membro Carlos Trindade (GMPSD) propôs isso na reunião do GT. Disse que foi contratado um advogado na altura pelo Dr. Gonçalo Rocha para a emissão do parecer, que é positivo, e diz que não há inconveniente legal, que é uma decisão política do Município.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, referiu que quando aquele disse que não sabia se aqueles e-mails eram para distribuir, no dia 7 de Junho o Sr. Coordenador pediu ao Sr. Presidente da Câmara e ao Dr. André Pimenta que lhe fizessem chegar os ditos e-mails para os distribuir pelos membros do GT, porque os desconhecia por completo.

Sobre as minutas das atas, disse que pode estar enganado, mas aquando da visita à Boavista não assinaram as minutas das atas.

Relativamente à reunião de quarta-feira sobre a reunião, deu nota que foi o primeiro a dizer que independentemente de “ser provocado” ou não, iria falar neste ponto da ordem de trabalhos.

Reiterou o que foi dito pelo membro Rocha Pereira (GMPS), ou seja, o GT não tem como missão dizer faça-se isto. Disse que pode apresentar sugestões, e depois a Câmara Municipal analisará e decidirá.

Deu nota que a maior parte das propriedades agrícolas, com exceção da Borracheira, em Real, estão alugadas. Disse que há pessoas que têm direitos

adquiridos e há um contrato, segundo o qual, morre um usufrutuário e a filha resolve fazer um novo contrato.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) interveio novamente para dizer que relativamente à parcela de terreno, assunto sobre o qual o membro Rocha Pereira (GMPSD) não ficou esclarecido, quando propôs a venda procedendo-se eventualmente a um destaque de uma parcela de terreno sita junto à Rotunda dos Combatentes, foi no sentido, e isso ficou claro, tanto que teve a aprovação da maioria dos elementos do GT, de falar com os usufrutuários e com a Câmara Municipal para em conjunto fazer o destaque, para que com o produto da venda dessa parcela de terreno fazer-se face aos problemas imediatos da Casa da Boavista.

Realçou que acha que não está a revelar nenhuma inconfidênciia de que a sua proposta mereceu a concordância do membro Paulo Teixeira (UCPT).

O Coordenador do GT, Pedro Maldonado (GMPSD), interveio novamente para referir que recordava o que disse na sessão da AM que se realizou na Escola Secundária, em que salientou o fato do anterior Presidente da AM ter trazido este assunto para a discussão política, permitindo que estejam hoje a discutir aquilo que são os superiores interesses do concelho de Castelo de Paiva nesta matéria.

Deu nota que as balizas de atuação do Coordenador do GT estão descritas no artigo 29.º do Regimento da AM, não fazendo do Coordenador alguém como especial musculatura política, e citou: "... compete ao Coordenador de cada comissão ou grupo registar as faltas dos seus membros ...". Disse que no anterior GT juntava-se na mesma pessoa a figura do Sr. Presidente da Mesa com a do Coordenador.

Informou que há quatro deputados que votam, que deliberam, ao contrário dele que não delibera, mantendo-se a representatividade que cada Grupo Municipal tem no GT. Reiterou que não vota, apenas dá a palavra a cada um dos membros, pelo que não lhe repugna o epiteto da figura decorativa da "Rainha de Inglaterra".



Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMMP), respondeu que entende que o trabalho do GT é importante, sendo que se o grupo, ou a Assembleia Municipal, entender que o Coordenador não é importante, estejam à vontade, porque o importante é o trabalho do grupo, e o Coordenador entende, se assim também entender a AM, que o GT deve continuar a fazer o seu trabalho.

Deu nota que nos termos do Regimento o documento que hoje foi apresentado não é o relatório, são meras informações que este GT, ao contrário do outro, entendeu prestar dado o tempo decorrido e a importância da situação. Disse que foi deliberado na reunião da passada semana que o documento seria elaborado pelo Dr. André Pimenta, que foi isso que combinaram, e tanto assim foi que o membro Paulo Teixeira (UCPT) louvou a circunstância do Sr. secretário ter tido a capacidade e tempo de fazer o documento apesar de ser um feriado.

Salientou que este GT não serve de almofada para o que quer que seja. Concluiu, referindo que há uma exigência de atuação, pelo que aquilo que sempre disseram, uns de uma forma, outros de outra, é que não vão decidir nada com caráter executivo em relação a esta matéria, quem vai decidir é a Câmara Municipal.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou novamente a palavra para dizer que há uma questão muito séria que deixa à consideração de todos: o Sr. Coordenador leu aquilo que está no n.º 3 do artigo 29.º - funcionamento - mas o n.º 2 do mesmo artigo diz, e citou: "... os trabalhos são coordenados por um membro do grupo...". Referiu que o Sr. Coordenador disse que não é membro do grupo, pelo que se efetivamente é esse o entendimento é preciso que haja alguma clarificação, ou seja, é efetivamente o grupo que designa, designou quem, questionou?

Deu seguimento à citação anterior: "... informando o Presidente da Assembleia Municipal, cabendo àquele ou a quem ele delegar a apresentação de informações ..." não é o secretário que tem de fazer as informações, disse, é o Coordenador que tem que as prestar, bem como o

*jl
André
HM*

respetivo relatório final, pelo que este assunto deve merecer a devida ponderação para o futuro.

O Coordenador do GT, Pedro Maldonado (GMPSD), usou novamente a palavra para dizer que é membro do GT, que não há dúvidas em relação a isso, mas que a questão não é essa: a questão é que isso tem acontecido nas reuniões do GT quando há que tomar uma deliberação dá a palavra aos membros do grupo, foi isso.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para esclarecer que a questão que foi colocada na reunião foi quem é que estava a acompanhar o processo-crime, que é o Dr. Gomes Ferreira. Disse que vai haver uma equipa de advogados que irá analisar o processo, que é a “CMB - Sociedade de Advogados, RL”.

Informou que o anexo continha um contrato de um particular relativo a um arrendamento de terreno.

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Público

9. Intervenção do Público.

O munícipe Rodrigo Pereira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que quando o próprio Grupo de Trabalho não se entende, como é que o Sr. Coordenador o pode continuar a liderar. Disse que se fosse Coordenador do Grupo pediria a demissão hoje mesmo.

Referiu que os membros do GT não disseram absolutamente nada daquilo que interessava saber, pelo que a reportagem que vai passar na “Paivense FM” é a de que “a montanha pariu um rato”, o que é verdade, porque pensava que vinham aqui dizer o que se passou nas reuniões, e não vir aqui sub-repticiamente incriminar um indivíduo que nada tem a ver com isto que é o Sr. André Pimenta, que é funcionário da Câmara Municipal.

Disse que se fosse Coordenador do Grupo de Trabalho nunca deixaria o referido funcionário entregar o papel que andou a distribuir pelos membros da AM, porque conforme foi aqui dito foi elaborado pelo André Pimenta, pelo que os membros do GT tinham a obrigação de lhe dizer como é que o



devia elaborar, e provavelmente foi isso que lhe disseram e, assim sendo a responsabilidade não é do André Pimenta, mas do Sr. Coordenador e dos restantes membros do GT.

Referiu que o Sr. Coordenador é-o de corpo e alma, dos pés à cabeça, e devia assumir aqui a sua responsabilidade.

Reiterou que ficaram sem saber nada do que se passou, ou pouco disseram, pelo que o que vai passar é que as reuniões que o Grupo de Trabalho fez não valem de nada.

Salientou que quem vai ter de decidir da resolução do problema da Casa da Boavista é o Sr. Presidente da Câmara, tendo para tal que encontrar um jurista para resolver o problema, dado que mesmo que o GT apresente determinadas propostas pouco vai decidir ou nada, defendendo que, atualmente, o GT não tem condições para se manter a trabalhar.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a decisão não é do Presidente Câmara, é do órgão executivo, que é composto por sete vereadores.

O 1.º Secretário da Mesa, Pedro Maldonado, usou da palavra na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho “O Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, para, referindo-se à intervenção do município Rodrigo Pereira, dizer que não está agarrado ao lugar. Disse que quem criou o GT foi a Assembleia Municipal, e que foi esse órgão que entendeu designá-lo como Coordenador, pelo que se a AM entender que ele não reúne as condições...

A sessão foi encerrada às 3:00 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

O 1º. Secretário,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 138

Arancas.

A 2^a. Secretária,

Ava - Tangmida Pinto da Rocha

